

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

CIBEC/INEP



B0007807

II PLANO SETORIAL
DE EDUCAÇÃO
E CULTURA
(1975/1979)

7.014.542
823p

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



37.014.542
B82310

Presidente da República Federativa do Brasil
Ernesto Geisel

Ministro da Educação e Cultura
Ney Braga

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL
(1975/1979)

II PLANO
SETORIAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA
(1975/1979)

Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF - 1976

APRESENTAÇÃO

O II Plano Setorial de Educação e Cultura para o quinquênio 1975/1979 visa consubstanciar medidas operacionais decorrentes dos documentos básicos do MEC: Política Nacional Integrada da Educação, Política Nacional de Educação Física e Desportos e Política Nacional de Cultura.

Na área da Educação pretende o MEC uma integração, tão perfeita quanto possível, dos diversos sistemas de ensino do País e um entrosamento, cada vez maior, do pré-escolar à pós-graduação, de modo a dar força, coesão e unidade ao conjunto das atividades voltadas para a educação do homem brasileiro. Essa integração resultará, necessariamente, em economia de recursos, com melhor aplicação, além de maior eficiência e produtividade.

Considerando a prática desportiva e a educação física como valiosos elementos de apoio à formação do homem e à coesão nacional e social, além de contribuir para solucionar problemas atuais, gerados pela sociedade industrial moderna, o MEC prestará assistência ao desenvolvimento do desporto e acompanhará o aperfeiçoamento do preparo físico nas escolas.

Na área da Cultura, o governo, sem tentar substituir a ação criadora dos indivíduos ou cercear as manifestações culturais que emanam da própria índole do povo brasileiro, procurará, ao estimular e apoiar a ação cultural de indivíduos e grupos, preservar o patrimônio cultural brasileiro.

O II PSEC, inspirado nas diretrizes básicas acima mencionadas, apresenta inicialmente uma visão sintética do sistema educacional, do panorama cultural, da prática desportiva e sua evolução recente, traduzindo, a seguir, os objetivos, as metas e as estratégias para o quinquênio.

Vale ressaltar que na ação programada os esforços estão concentrados nas seguintes áreas:

Inovação e renovação do ensino, de forma a atingir os objetivos de modernização e melhoramento qualitativo do ensino.

- D *Preparação de recursos humanos*, em que assumem relevância a expansão e melhoria dos cursos de pós-graduação, a elevação qualitativa do ensino e sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico. De igual importância considera-se a capacitação do pessoal

técnico e administrativo, uma vez que dele depende a eficácia administrativa exigida pelo planejamento do sistema educacional.

- *Expansão e melhoria da rede física*, a partir de um sistema nacional de construções escolares e de instalações desportivas que permita eliminar os desequilíbrios entre as áreas rural e urbana, bem como inserir mudanças na concepção e no planejamento da estrutura escolar, em função das inovações curriculares e das necessidades dos educandos.
- *Planejamento e administração*, a fim de tornar eficientes as ações de caráter financeiro e técnico, assegurando a participação adequada das redes de ensino oficial e particular na consolidação de um sistema nacional de planejamento integrado de educação.
- *Ações de apoio* que garantam a promoção e elevação do nível cultural e educacional do homem brasileiro.

Convém ressaltar ainda que o II PSEC configura-se um documento aberto e flexível, cujas correções serão introduzidas, sempre que for necessário, a partir da elaboração de Planos Operativos Anuais.

Em suma, a preocupação básica de todo o esforço do MEC é a melhoria constante da qualidade do ensino, ao lado da valorização de alunos e professores e da ênfase aos valores perenes que formam a nossa cultura humanística.

NEY BRAGA
Ministro da Educação e Cultura

SUMÁRIO

Parte I

VISÃO SINTÉTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL E DO PANORAMA CULTURAL

Capítulo 1 — Avaliação geral —	7
Capítulo 2 — Ensino —	15
Capítulo 3 — Educação física —	25
Capítulo 4 - Cultura -	27

Parte II

PLANO SETORIAL

Capítulo 5 — Política educacional, cultural e de educação física —	31
Capítulo 6 — Objetivos do plano —	35
Capítulo 7 — Metas do plano —	39
Capítulo 8 — Estratégia do plano —	43

Parte III

PROGRAMAÇÃO

Capítulo 9 — Ações estratégicas —	47
Capítulo 10 — Ação programada —	53

PARTE I
VISÃO SINTÉTICA
DO SISTEMA EDUCACIONAL
E DO PANORAMA CULTURAL

AVALIAÇÃO GERAL

O I Plano Nacional de Desenvolvimento fixava, em 1971, para o triênio 1972/74, os objetivos nacionais definidos em uma política global subdividida em políticas setoriais, dando continuidade à estratégia estabelecida nas *Metas e Bases para Ação de Governo*.

Ênfase especial foi dada à área da educação, pela verificação de sua íntima ligação com o processo de desenvolvimento social e econômico, apresentando como prioritárias as seguintes metas:

- a) — universalização progressiva do ensino de 1º grau, de 8 anos, obrigatório e gratuito, na faixa de 7 a 14 anos de idade;
- b) — eliminação da dicotomia educação humanística—educação profissionalizante no ensino de 2º grau, além da expansão do número de matrículas;
- c) — concentração de esforços e recursos no âmbito do ensino superior para atingir-se um substancial aumento de matrículas e de professores em regimes especiais de trabalho;
- d) — implementação do processo de alfabetização sistemática, visando a erradicar o analfabetismo no decorrer da década;
- e) — especialização e aperfeiçoamento de pessoal nos setores primário, secundário e terciário.

A nível de 1º grau, o crescimento da taxa de escolarização na faixa obrigatória deve-se à ação conjunta da iniciativa privada e das três esferas do poder público: federal, estadual e municipal.

Considerando que a população de 7 a 14 anos, estimada para 1974 pelo IBGE, é de 21,9 milhões e que a matrícula de crianças dessa faixa etária em escolas regulares de 1º grau, estimada pelo SEEC para o mesmo ano, é de 17,5 milhões de alunos, pode-se dizer que foi alcançada a meta de 80% de matrículas previstas para o triênio, pois a escolarização em 1974 alcançou 79,8% da população na faixa da obrigatoriedade escolar.

Levando-se em conta a matrícula total para o ensino de 1º grau, independentemente da idade, ou seja, computando-se também os alunos com menos de 7 e mais de 14 anos efetivamente matriculados em 1974, conforme estimativa do SEEC, a oferta de vagas ou capacidade virtual do sistema de ensino é de 19,3 milhões de matrículas, o que representa 88,2% do total de 22 milhões de matrículas previstas como meta do I Plano Nacional de Desenvolvimento para o final do ano de 1974.

As transformações de objetivos e estrutura do ensino de 2º grau exigiram concentração de esforços na especificação dos seus modelos pedagógicos, da própria legislação e dos elementos infra-estruturais que lhe serão necessários. Assim, conquanto não atingida a meta de expansão de matrículas, que supunha a aceleração do seu ritmo, alcançou-se, no período, o nível de 1,7 milhão de alunos.

As metas quantitativas estabelecidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento, no que tange ao alunado do ensino superior, foram superadas ainda no ano de 1973, contando hoje o Brasil com quase um milhão de universitários. Tendo-se presente que o principal entrave de tal crescimento residia na falta de corpo docente qualificado para atender à demanda de novas instituições, foram impulsionadas ações com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação no País.

Ainda de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa e elevação dos níveis de ensino foi a implantação de diferentes regimes de trabalho do magistério superior nas instituições federais. As previsões do I **PND** foram superadas, tendo sido atingidos, em 1974, cerca de 4.700 professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e 9.400 em outros regimes.

Na área do ensino supletivo, conforme dados do MOBRAL, a população de analfabetos (entre 15 e 35 anos), em 1970, era de 8,8 milhões, e foram alfabetizados por aquela fundação 4,0 milhões (dentro da mesma faixa etária), no período 70/74. Através do Departamento de Ensino Supletivo (Projeto Alfa) foram alfabetizados, na referida faixa e no mesmo período, cerca de 54.000 alunos.

Nessa mesma área, bastante significativos foram os resultados alcançados no preparo de mão-de-obra, através da especialização e aperfeiçoamento de pessoal nos setores primário, secundário e terciário, embora a previsão do I PND não tenha sido superada, tendo-se atingido uma população de pouco mais de 530.000 trabalhadores.

O quadro a seguir possibilita uma comparação entre as metas estratégicas estabelecidas no I PND e o posicionamento da realização do Ministério no término do período de vigência do referido Plano.

Quadro 1

I PND — METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS

SETORES	SITUAÇÃO EM 1970 (PND)	METAS PARA 1974 (PND)	SITUAÇÃO EM 1974 *****
1 Matrículas			
— Primeiro grau (mil)	16.300	22.000	19.293
— Taxa de escolarização	73%	80%	79,8%
— Segundo grau (mil)	1.100	2.200	1.692
— Superior (mil)	430	820	1.000
— Docentes — em regime de tempo integral e dedicação exclusiva	2.800	4.000	4.722
— Em outros regimes	6.000	8.000	9.404
2 Alfabetização			
— Analfabetos entre 15 e 35 anos (mil)	8.400	2.000	5.360
3 Preparo de mão-de-obra			
— Trabalhadores no ano	100.000	550.000	530.225
4 Dispendios públicos no setor**			
— Em milhões de Cr\$ — 1975	7.935	15.222	22.950
5 Dispendios federais no setor***			
— Em milhões de Cr\$ — 1975	2.597	4.415	5.416

FONTE: Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura.

* Previsão para o triênio.

** União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

*** Recursos do Tesouro (MEC e órgãos federais) e de outras fontes (loterias esportiva e federal, operações de crédito e outros).

**** Estimativa preliminar.

OBS.: Ao analisarmos os dados da situação constatada em 1974 (quadro 1) face aos indicadores econômicos e sociais levantados no mesmo ano e apresentados no II PND, verificamos que enfoques diversos foram dados a cada um dos diagnósticos.

Fazendo um retrospecto mais amplo, verifica-se que foi notável a expansão do sistema educacional brasileiro nos últimos trinta anos, principalmente para a população compreendida entre 5 e 24 anos, fazendo com que a taxa virtual de escolarização tenha evoluído de 19,3%, em 1940, para 41,1% em 1970.

O contingente de estudantes aumentou 2,5 vezes entre 1940/1960 e mais 2,87 vezes entre 1970/1975, refletindo, como fatos principais, a expansão do sistema e a demanda social, que aumentaram a ritmos crescentes, estimuladas principalmente pelos fenômenos da urbanização e do crescimento econômico.

Quadro II

BRASIL- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E MATRÍCULAS -1940 -1975 (mil pessoas)

	População total	População escolar	Porcentagem de (b) sobre (a)
	(a)	(b)	(O)
1940	41.236,3	2.723,9	9,05
1945	46.390,8	4.171,4	9,00
1950	51.944,4	5.642,4	10,86
1955	60.217,6	7.011,1	11,64
1960	70.119,1	9.235,1	13,17
1965	80.892,9	12.644,4	15,63
1970	93.139,0	18.043,3	19,37
1975	107.145,2*	26.500,0*	24,73

FONTE: Censos demográficos e SEEC.

*Estimativas.

O descompasso entre os fatores indicados — a expansão do sistema e a demanda social —, no entanto, é flagrante. A necessidade de recursos para a expansão aumenta consideravelmente à medida em que a procura por educação se expressa pelo crescimento não só da clientela que pretende o acesso ao sistema como também da que aspira a prosseguir, o mais extensamente possível, ao longo de seus níveis de ensino. Ao mesmo tempo, o modo como se conduziu essa expansão levou grande massa de estudantes a concentrar-se nas etapas iniciais de escolaridade e o resultado do sistema a influir menos que o desejável no perfil educativo da população.

Quadro III

PERFIL EDUCATIVO DAS PESSOAS DE 15 ANOS
E MAIS, SEGUNDO DOMICÍLIO – BRASIL – 1970

(mil pessoas)

CONDIÇÃO EDUCATIVA	TOTAL		URBANAS		RURAIS	
	N.º pessoas	%	N.º pessoas	%	N.º pessoas	%
População total	54.008,6	100,0	33.936,7	100,0	20.071,9	100,0
Alfabetizados	35.586,7	65,9	25.403,4	74,9	10.183,3	50,7
Com curso completo	12.455,2	23,1	10.576,1	31,2	1.879,1	9,4
– elementar	2.617,9	4,8	2.483,5	7,3	134,4	0,7
– médio 1.º ciclo	1.975,0	3,7	1.916,6	5,6	58,4	0,3
– superior	541,3	1,0	529,5	1,6	11,8	0,1
Não declarado	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

FONTE: Censo demográfico – 1970.
NOTA: Os percentuais referem-se à proporção na população de 15 anos e mais, das pessoas na condição indicada.

Estima-se, por outro lado, que o contingente de analfabetos com 15 anos e mais tenha-se reduzido a 12,5 milhões em fins de 1974. Considerando que este esforço localizou-se principalmente nas zonas urbanas, restam nestas, no período, cerca de 2 milhões de analfabetos e cerca de dez milhões nas zonas rurais.

Verifica-se que havia em 1970, além disso, dezoito milhões de pessoas alfabetizadas que não conseguiram completar qualquer curso; destas, 9,9 milhões encontravam-se nas zonas urbanas, tendo 5,4 milhões — pouco mais da metade — entre 15 e 34 anos de idade.

Dentre os que conseguiram concluir algum ciclo de escolarização — outros 17,5 milhões — apenas 2,1 milhões se encontravam nas zonas rurais.

A carência educacional é assim mais acentuada, no meio rural, em valores absolutos. Mas subsiste na zona urbana, considerando que nesta são maiores as exigências objetivas, sendo imperioso o amplo domínio dos meios de comunicação verbal, de maior acervo de conhecimentos e informações e de mais amplas destrezas e habilidades.

Em especial, é importante observar que o conteúdo educativo da população, em geral, afeta as potencialidades econômicas. No setor primário da economia, por exemplo, 10,5 milhões, dos 13,1 milhões de pessoas ativas, têm menos de 2 anos de escolaridade, e 7,7 milhões não têm nenhuma instrução. Enquanto isso, nos setores não agrícolas, apenas 5,3 milhões dos 16,4 milhões de pessoas ativas estão na mesma situação, de menos de 2 anos de escolaridade, e 2,9 milhões não possuem instrução.

Quadro IV

NÍVEIS EDUCATIVOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM 10 ANOS E MAIS - 1970

(mil pessoas)

NÍVEIS EDUCATIVOS	SETOR DE ATIVIDADE			
	Total	Primário	Secundário	Terciário
Total	29.557,4	13.090,4	5.295,4	11.171,6
Sem instrução	10.637,7	7.697,1	1.106,0	1.834,6
Anos de instrução				
1 - 2	5.109,5	2.766,7	906,5	1.436,3
3 - 5	9.364,0	2.481,2	2.405,5	4.478,3
6 - 9	2.274,8	110,6	529,8	1.634,5
10 - 12	1.439,5	21,8	231,7	1.186,0
13 - 17	690,2	8,5	115,2	566,5
Sem declaração	4,4	0,8	35,4	40,6

FONTE: Censo demográfico 1970.

Os dados acima evidenciam carências de ação educativa, em termos de alfabetização de adultos, educação elementar de adolescentes e adultos e complementação educativa nas zonas urbanas.

Além destas há que considerar as necessidades de extensão de escolaridade básica formal — destinada aos que se encontram no sistema — e de dimensionamento da educação média e superior, segundo os requerimentos objetivos do País e as expectativas educacionais da população, o que se fará a seguir, com referência a cada nível do sistema.

ENSINO

Os aspectos globais apresentados no Cap. 1 podem ser detalhados pela forma a seguir.

A) Educação pré-escolar

Pelas informações disponíveis, a recente evolução da oferta de serviços pré-escolares atende, principalmente, a duas das linhas de necessidade nessa área: a das famílias em que, dado um elevado nível cultural e econômico, forma-se a consciência de que o atendimento pré-escolar sistemático é importante para o desenvolvimento dos filhos; e a das famílias em que, mesmo não se colocando uma valoração própria aos efeitos educativos, é sentida a necessidade de atendimento suplementar, à medida que a intensidade das relações externas — em particular as atividades econômicas — limita a possibilidade de atenção materna. Desse modo, a escassez da oferta destes serviços em estabelecimentos públicos faz com que se expanda a oferta privada, ao contrário da tendência da educação primária comum, e que se caracteriza como uma forma eminentemente urbana de educação.

Quadro V

BRASIL: EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - EVOLUÇÃO RECENTE DAS MATRÍCULAS - 1969-1973 (em milhares)

ANO	TOTAL	ESCOLAS PÚBLICAS		ESCOLAS PARTI-CULARES		LOCALIZAÇÃO			
		Alunos	%	Alunos	%	URBANA		RURAL	
						Alunos	%	Alunos	%
1969	353,3	198,7	56,2	154,6	43,8	344,1	97,4	9,2	2,6
1970	374,3	221,5	59,2	152,8	40,8	365,2	97,6	9,1	2,4
1971	422,3	261,2	61,8	161,1	38,2				
1972	460,0	269,1	58,5	190,9	41,5				
1973	477,6	264,3	55,4	213,3	44,6				

FONTE: SEEC.

OBS.: ... dados não disponíveis.

Uma parcela das perdas de efetivos nas séries iniciais do ensino de 1º grau é devida às condições de aprendizagem dos alunos, particularmente daqueles provenientes de famílias de menor renda. Estima-se que, dos 9,7 milhões de crianças entre 0 a 6 anos de idade, nas zonas urbanas, em 1970, cerca de 4,5 milhões viviam em famílias cuja renda mensal não ultrapassava dois salários mínimos. Neste nível ocorrem situações de carência nutricional e de privação cultural que se refletem na aprendizagem dentro e fora da escola.

Sabe-se ser inviável, de uma parte, e inapropriado, de outra, pretender enfrentar o problema em toda a faixa etária exclusivamente através de serviços educacionais. A nutrição desempenha, no caso, importante papel. Nas idades mais altas, entre 4 e 7 anos, é indispensável iniciar-se um trabalho sistemático, por razões óbvias, de compensação das carências e de suprimento de melhores condições para os estudos formais.

B) Ensino de 1º grau

A rede atual de ensino de 1º grau apresenta acentuada heterogeneidade, envolvendo escolas de diferentes dimensões e organização, o que incide na qualidade do ensino. Essas variações se expressam quer pelo número de séries, quer pela dotação de serviços docentes (escolas, unidocentes e pluridocentes), e ainda pela maior ou menor dotação de meios (qualificação média e especialização relativa do corpo docente, materiais e equipamentos, bibliotecas, espaço físico, entre outros).

Em consequência, o conjunto de resultados do sistema, neste nível, é sensivelmente diversificado em dois planos de julgamento:

- a) — quanto ao rendimento quantitativo global, na medida em que oferece distintas possibilidades de extensão da escolaridade, segundo os diversos tipos de escolas;
- b) — quanto à qualidade da educação que depende da capacidade de aprendizagem do aluno e das possibilidades de a escola adequar seus desempenhos a essa capacidade.

Em 1970, o sistema dava acesso à escola a cerca de 67% do grupo etário de 7 a 14 anos, contra 52% no início da década dos sessenta. Com a aceleração dos programas de expansão, desde os anos finais dessa década, aquela proporção chegou a aproximadamente 80% em 1974. Tem melhorado, ainda, nesses anos a progressão dos estudos além das séries iniciais do 1º grau, bem como a relação entre as taxas de escolarização urbana e rural.

Por outro lado, evidencia-se que a rede escolar urbana mostra uma capacidade de realização maior do que a da rede escolar rural.

A presença de jovens com idade maior do que a correspondente a cada série, e mesmo a cada grau escolar, fenômeno que se observa na rede escolar tanto urbana como rural, pode ser explicada por:

- a) — ingresso tardio na primeira série;
- b) — repetências;
- c) — reingresso de alunos evadidos.

Tais fenômenos, à sua vez, poderiam ser atribuídos a três ordens de fatores. O primeiro fator diz respeito a restrições na oferta — de acesso ou de séries de continuação —, que se dariam em zonas de menores recursos ou onde as escolas estão subdimensionadas em face da clientela. O segundo fator é a ocorrência de mobilidade das famílias rurais, que constituem mão-de-obra flutuante, mudando de região conforme o favorecimento das safras e retirando seus filhos das escolas em meio do ano. O terceiro fator refere-se às carências da própria clientela escolar, sejam de natureza nutricional, de saúde ou cultural.

Como indicador desse problema, o quadro a seguir dá a proporção da primeira série sobre a matrícula total.

Quadro VI

BRASIL: ENSINO DE 1º GRAU
MATRÍCULAS NA 1ª SÉRIE POR TIPO
E LOCALIZAÇÃO DE ESCOLAS - 1972

(mil alunos)

	MATRÍCULA TOTAL	MATRÍCULA NA 1ª SÉRIE	MATR. 1ª SÉRIE MATR. TOTAL (%)
Todas as escolas	14.010,8	6.135,5	43,8
Zonas urbanas	8.694,6	3.110,9	35,8
Zonas rurais	5.316,2	3.024,6	56,9
Esc. unidocentes (urbana e rural)	3.482,4	2.250,7	64,7

FONTE: SEEC.

Dentro desse quadro, os indicadores de rendimento escolar calculados sobre os efetivos globais revelam-se baixos. Na verdade, apresentam uma larga margem de variação segundo o tipo e a localização das escolas, determinando que o processo de seletividade do sistema educacional comece e seja acentuado desde logo nas primeiras séries: 40% dos alunos são promovidos e prosseguem seus estudos na 2ª série; outros 22,2% repetem a série dando uma taxa de permanência de 62,2%, enquanto cerca de 37,8% se evadem ou não dispõem de vaga na 2ª série. Nos anos subsequentes, parte dos evadidos pode retornar como repetente, provocando um sobredimensionamento dos efetivos. Nos últimos anos, cerca de 57% dos repetentes de todo o curso primário aparecem na 1ª série, contra 22,5% na segunda e menos de 21,9% nas demais.

Em suma, o problema mais importante é efetivamente o da capacidade do sistema em promover os alunos a uma escolaridade mais extensa. Pois, embora nas zonas urbanas boa parte das escolas tenha condições de oferecer seriação completa, ainda restam muitas unidades com seriação incompleta, principalmente nas zonas rurais, onde apenas uma pequena fração alcança as quartas e quintas séries, e outra, menor, o antigo ginásial.

A heterogeneidade do ensino de 1º grau nas séries finais assume formas diferentes. Já não se pode associar as perdas de efetivos com o seu tamanho ou com a possibilidade de prosseguimento de estudos, mas sim com o complexo conjunto de condições necessárias à sua operação.

Com a rápida expansão do ensino, já em torno de 1970 estava superado, em boa parte, o problema do fluxo escolar entre o ensino primário e ginásial, pelo menos nas zonas urbanas. O que, de outro lado, confirma o panorama antes coloca-

do a respeito da extensão da escolaridade rural. Assim, tomados os dados de zonas urbanas em 1970/71, obtém-se uma visão do processo:

- a) — a primeira série ginasial ofereceu neste ano 1.067 mil vagas, em face de 1.463 mil candidatos potenciais, concluintes do ensino primário de 1970, representando uma taxa de progressão de 72%;
- b) — ainda em 1971, a quinta e a sexta séries primárias ofereceram outras 454 mil vagas.

Isto significa que se tornou possível acomodar o fluxo de saída do ano de 1970 e ainda teriam sido ofertadas vagas aos concluintes de anos anteriores.

No tocante à localização da oferta, parece estar havendo um progressivo ajustamento, à medida que as redes escolares ginasiais vão cobrindo as zonas urbanas mais afastadas e se disseminam entre os bairros das cidades médias e grandes.

De um modo geral, não constitui problema a repetência e a evasão no ensino ginasial. Pesquisa recente demonstra que a probabilidade de um aluno concluir o ensino ginasial a partir da 1ª série é de 74% e a de evadir é de 26%. E o aluno que conclui o ciclo o faz, em média, com apenas uma repetição.

A qualidade da educação recebida nesse nível varia de forma significativa entre os cursos diurnos e noturnos, entre as escolas das capitais ou cidades de médio porte e as das pequenas comunidades do interior e ainda as várias unidades das grandes cidades.

Neste aspecto, vale salientar que uma parcela significativa da oferta de ensino neste nível é dada por cursos noturnos. Dos 9.148 cursos ginasiais registrados pelo SEEC/MEC, em 1974, 4.183 são diurnos, 2.171 são noturnos, e 2.794 são oferecidos em ambos os turnos. Tendo em conta a relação aluno/turma, estimar-se-ia que cerca de 40% da matrícula total nestes cursos se concentram no período noturno, o que evidencia o grau de participação simultânea dos alunos desse nível na força de trabalho.

Um aspecto importante da política de ensino de 1º grau é o da sua terminalidade real. **Isto** implica em definir, a nível regional e local, a extensão viável da escolaridade formal, se em termos de seis, sete ou oito séries.

C) Ensino de 2º grau

Os egressos do antigo ensino ginasial e, ultimamente, a grande expansão do ensino de 1.º grau, com a eliminação do "exame de admissão", são fatores que vêm acelerando a procura pelo ensino de 2º grau. O ensino médio, anterior a 1972, era orientado por uma política pluralística, subdividido em áreas até certo ponto estanques. Apesar de quatro dessas áreas terem cunho profissionalizante (54% do alunado em **1970**), a grande predominância era a chamada "escola secundária", que tinha, como último e único fim, uma "função propedêutica".

Com o advento da Lei nº **5.692/71**, o ensino em nível médio deve ser mais pragmático: ao mesmo tempo que permite a ida do jovem para a universidade, permite-lhe ir, também, para o mundo do trabalho. Espera-se, portanto, retorno maior e mais rápido, praticamente inexistente no regime anterior, dos vultosos investimentos feitos em educação média.

A formação mais acentuadamente profissionalizante, em particular a oferecida pelos cursos industrial e agrícola, mesmo crescendo em ritmo significativo, nunca ultrapassou a proporção de um décimo da matrícula total (tomada cada área isoladamente) no regime anterior. No entanto, nos primeiros anos de implantação da reforma, vem demonstrando grande aceitação pela clientela do ensino de 2º grau.

Quadro VII

BRASIL: ENSINO MÉDIO

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR RAMOS DE ENSINO

1960-1973

(em milhares)

ANOS	MATRÍCULAS						
	TOTAL	SECUNDÁRIO	COMERCIAL	NORMAL	INDUSTRIAL	AGRÍCOLA	OUTROS
1960	267,2	113,6	81,3	64,8	5,9	1,6	*
1965	509,1	189,5	121,9	169,7	24,3	3,7	*
1970	1.003,4	462,4	219,1	262,7	49,5	8,1	1,6
1973	1.476,3	692,6	354,2	277,3	103,3	14,8	33,7
ÍNDICE DE EXPANSÃO (1960 = 100)							
1960	100	100	100	100	100	100	—
1965	490	167	150	162	312	131	—
1970	276	307	169	305	739	406	—
1973	452	510	336	328	1.656	825	—

FONTE: SEEC.

* Dado inexistente.

Nos dados do quadro anterior, somente os relativos a 1973 referem-se ao atual sistema de ensino de 2º grau. Observa-se que, apesar de relativos ao segundo ano de implantação da reforma, portanto sem existência das mínimas "condições necessárias" para funcionamento do sistema, o crescimento da matrícula nas áreas industrial e agrícola é da ordem de 100% em relação a 1970. Computando-se o ensino da área comercial, em 1973, o crescimento da matrícula no ensino profissionalizante (excluído o curso normal) é da ordem de 30% em relação ao total da matrícula.

Apesar de não dispor de dados seguros sobre o percentual de escolas que começaram a oferecer cursos profissionalizantes, até 1973, pode-se afirmar que é pouco significativo, tendo em vista o número total de escolas de grau médio.

Ao estudante de 1973 apresentava-se, então, grande número de escolas ditas "tradicionais" e pouquíssimas "profissionalizantes" para a escolha. Os dados referidos demonstram que, em termos de opção, a escola profissionalizante foi incomparavelmente melhor aceita, tendo em vista sua escassez no sistema e o fato de que sua concepção não se constitui em óbice para a continuidade dos estudos.

Uma das grandes dificuldades na implantação da reforma parece residir no fato de que a "interiorização" do ciclo colegial é limitada pela disponibilidade de

recursos; primeiro, porque depende dos recursos financeiros estaduais, comprometidos pela expansão do antigo ensino primário, ou da cobrança de anuidades; e, em seguida, pela escassez de instalações apropriadas e de pessoal docente qualificado e adequado às necessidades deste grau de ensino. Por outro lado, nas áreas interiores, o mercado de trabalho não requer níveis muito altos de qualificação, predominando os empregos no setor terciário e nas atividades burocráticas, públicas e privadas.

Um fator que tem contribuído para a baixa eficiência do sistema é a escassez de docentes qualificados. No entanto, se bem que a influência deste fator seja elevada, não é menor a da sua interdependência com o modo como se definem os objetivos, a estrutura, os currículos e, principalmente, com as condições da clientela.

A maioria dos cursos médios, de 1º e 2º ciclos, instalou-se em edificações previstas para o ensino primário. Apenas colégios estaduais, escolas técnicas e grandes estabelecimentos privados foram especificamente dotados de prédios próprios, e só muito recentemente os estados vêm ampliando seus investimentos nessa área.

Além desses problemas, outros, como escassez generalizada de equipamentos e materiais de ensino, mormente para o ensino de ciências, inadequação de livros, textos e materiais de uso individual e escassez ou subdimensionamento de bibliotecas, concorrem para a deficiência desse nível de ensino.

Percebe-se, em função da visão que se procurou dar dos problemas do ensino de 2º grau, que não se pode isolar a solução de alguns problemas específicos, dada a interdependência existente em todas as áreas. Assim, procurar-se-á, através da programação prevista, tanto quanto possível, oferecer soluções globais aos referidos problemas.

D) Ensino superior

Um dos fenômenos característicos da recente expansão do ensino superior é a intensidade com que vem se processando. A relação "aluno por 1000 habitantes", que, em 1960, era da ordem de 1,3 e em 1970 acusava o valor 4,6, está atualmente em torno de 8,8. O direcionamento dado pela demanda social e pelos requerimentos objetivos da estrutura ocupacional e econômica do país levaram a que a grande expansão tenha ocorrido ao nível das escolas isoladas e no setor privado.

Quadro VIII

BRASIL: INCREMENTO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR SEGUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÕES - 1965 - 1973

	PÚBLICO		PRIVADO		TOTAL	
	Total	%	Total	%	Total	%
Universidades	147.406	23,9	92.580	15,0	239.986	38,9
Estabelecimentos isolados	63.687	10,3	313.346	50,8	377.033	61,1
Total	211.093	34,2	405.926	65,8	617.019	100,0

FONTE:SEEC.

Do ponto de vista da estrutura da matrícula por área de estudo, nota-se não ter havido mudança sensível no conjunto, embora sejam diferenciadas as taxas de crescimento de cada uma delas.

Quadro IX

BRASIL: ENSINO SUPERIOR - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS
SEGUNDO ÁREAS DE ENSINO - 1960 - 1970

ÁREAS DE ESTUDO	1960		1965		1970		Incremento 1960/70
Total	93.202	100,0	155.781	100,0	425.478	100,0	357
Humanística	56.651	75,5	94.815	60,8	246.174	57,8	355
Tecnológica	15.148	10,2	30.724	19,7	47.511	11,2	214
Biomédica	19.372	10,9	25.024	16,9	48.159	11,3	149
Outras	2.031	3,4	5.218	3,4	16.052	3,8	690
Ciclo básico	—	-	-		67.582	15,9	

FONTE: SEEC.

A distribuição das matrículas por áreas, entre os tipos de instituição, expressa a estrutura resultante da expansão.

Quadro X

BRASIL: ENSINO SUPERIOR
MATRÍCULAS SEGUNDO ÁREAS E TIPOS DE ESTABELECIMENTOS - 1973

ÁREAS	UNIVERSIDADES	EST. ISOLADOS	TOTAL	%
TOTAL	337.888	434.912	722.800	100,0
1 - Comum (+ de 1 área)	10.859	7.986	18.845	2,4
2 — Ciências biológicas e profissões da saúde	61.949	44.739	106.680	13,8
3 — Ciências exatas e tecnológicas	83.391	71.406	154.797	20,0
4 — Ciências agrárias	10.069	4.735	14.804	1,9
5 — Ciências humanas	142.947	261.706	404.653	52,4
6 — Letras	23.048	37.601	60.649	7,8
7 - Artes	5.625	6.747	12.372	1,6

FONTE:SEEC

Observa-se que, no conjunto das universidades, as áreas de Ciências Biológicas e Profissionais da Saúde e de Ciências Exatas e Tecnológicas concentram 43% de suas matrículas contra 27% nos estabelecimentos privados, enquanto as Ciências humanas, Letras e Artes incorporam 51% do alunado das universidades e mais de 70% dos discentes dos estabelecimentos isolados.

Tal crescimento trouxe, no bojo de seus inestimáveis benefícios, conseqüências diversas, algumas de grande relevância: heterogeneidade no ensino oferecido, limitações nas possibilidades de aperfeiçoamento das instituições, os efeitos sociais daquelas escolas que surgiram em comunidades carentes.

No que se refere ao corpo docente, verificou-se um crescimento quantitativo no efetivo. Por outro lado, quanto ao respectivo nível de qualificação, as proporções da melhoria foram mais lentas. Em 1974, de 75.931 cargos docentes, 26% eram ocupados por detentores de cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área de ensino, 10% de mestrado e 11% de doutorado ou título equivalente. Do total, 81% estavam em regime de trabalho de tempo parcial, principalmente devido à predominância da rede particular, que quase não utiliza regime de tempo integral.

Às dificuldades que vinham sendo enfrentadas quanto a pessoal docente, técnico e administrativo qualificado, devem-se acrescentar as decorrentes da estrutura organizacional das instituições de ensino superior.

Há, em alguns casos, um descompasso entre os requerimentos exigidos aos candidatos a este nível de ensino e aqueles efetivamente solicitados após seu ingresso. Não se tirou ainda todo o partido da flexibilidade — um dos objetivos da reforma — que deverá levar a tomadas de decisões mais rápidas e da capacidade de adaptação do sistema às mudanças que se verificam. Acrescente-se a isso a necessidade de aprimoramento através de uma política efetiva de regionalização das instituições superiores que leve em consideração as necessidades quantitativas e qualitativas do sistema.

E) Ensino supletivo

No tocante aos processos de educação de adultos, observa-se a persistência de uma certa permutabilidade entre o ensino regular e a suplência. A função de suplência, ao atender de modo inadequado a clientela que ultrapassou a idade determinada, dirige-se para os cursos regulares noturnos. Estes, diante das expectativas e possibilidades de seus alunos, ajustam-se a uma função preparatória aos exames de suplência de 1º e 2º graus, produzindo uma distorção no sistema. Nota-se, dessa forma, uma certa desarticulação entre os dois sistemas, além do desajuste qualitativo do processo ensino-aprendizagem no ensino supletivo.

Quanto à alfabetização, no período 1970/1974, o MOBREAL atendeu a 17,0 milhões de pessoas, conseguindo alfabetizar perto de 7,0 milhões, ou seja, 41% da sua clientela. Outros movimentos autônomos também colaboraram, embora com muito menor percentagem. Em 1974, era de 12,5 milhões o número de pessoas não alfabetizadas, com mais de 15 anos de idade.

Nota-se uma redução no crescimento das inscrições nos cursos de alfabetização funcional do MOBREAL, em decorrência natural de:

- a) — extensão do movimento a zonas de menor densidade demográfica, cida-

des e vilas de menor dinamismo;

b) - dificuldade de incorporar, nas áreas já atendidas, grupos sociais que, por fatores etários, culturais e sociais, se encontram menos motivados para o processo.

De outra parte, caberia observar o grande esforço paralelo que se vem desenvolvendo para evitar as perdas relacionadas com desajustes entre o processo de alfabetização e as necessidades e possibilidades de determinados grupos de clientela.

Por outro lado, cresce a utilização de programas de educação por meio de rádio e televisão, promovidos por vários órgãos em diferentes níveis do governo. O êxito obtido se fortalece na medida em que se vai montando um sistema de articulação mais efetiva entre os avanços metodológicos e técnicos alcançados e as diretrizes do setor. Não se dispõe ainda de um fluxo de avaliação e retroalimentação que permita ajustar plenamente os objetivos daqueles programas às necessidades emergentes.

F) Educação especial

A educação especial no Brasil representa o resultado da ação conjugada dos poderes públicos e da iniciativa particular. O atendimento aos excepcionais está expresso no quadro seguinte.

Quadro XI

BRASIL: EDUCAÇÃO ESPECIAL ALUNOS ATENDIDOS POR SETORES - 1974

SETOR	POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO REGULAR	POR INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS
Federal	222	6.261
Estadual	34.270	10.593
Municipal	1.227	3.492
Particular	1.267	39.081
Total	36.986	59.427

FONTE: SEEC.

Esse atendimento se restringe praticamente à população de 7 a 14 anos e se concentra principalmente nas regiões Sudeste e Sul do País.

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento deste tipo de educação é a escassez de pessoal docente e técnico especializado para atender às diferentes categorias de excepcionais. Verifica-se que mais de 50% dos professores em exercício não dispõem de treinamento adequado ao desempenho de suas funções.

Finalmente, observa-se, em termos gerais, a não existência de currículos adaptados ao atendimento às diversas categorias de excepcionais em classes comuns, o que dificulta sua integração no sistema regular de ensino.

EDUCAÇÃO FÍSICA

O trabalho que vem sendo realizado para apoiar as atividades de educação física e desportos, a cargo deste Ministério, ainda não apresentou a plenitude dos resultados positivos.

Não alcançamos, salvo episodicamente, maior destaque no setor, e, basicamente, o futebol tem sido o responsável mais expressivo pela presença brasileira nas atividades desportivas internacionais. Um esforço considerável foi registrado nos últimos anos, visando a mudar essa mentalidade e tradição. Foi criada uma fonte própria de recursos a serem canalizados para a área da educação física e dos desportos, através da loteria esportiva. Com tais recursos, foi possível desenvolver a construção de campos de futebol e de pistas e outras facilidades para o treinamento e a prática de atletismo em suas diferentes modalidades, principalmente em instituições de ensino.

Em 1971, o "Diagnóstico da educação física e dos esportes no Brasil", realizado pelo próprio Ministério, apresentou as três seguintes conclusões principais:

- a) — é possível comprovar um crescimento de importância no setor da Educação Física/Desportos, entre 1964 e 1970, bem como localizar uma estrutura de valores sociais predisposta a um desenvolvimento acelerado e de alta significação;
- b) — esse crescimento apresenta-se, contudo, com distorções regionais e setoriais acentuadas, com ênfase nos aspectos quantitativos;
- c) — a deficiência qualitativa reflete-se principalmente na integração ainda imperfeita das atividades físicas como importante meio educacional, na circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, no relacionamento dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária e na ação governamental, expressa na legislação própria e na capacidade de intervenção positiva no processo evolutivo do setor.

Esse diagnóstico propunha-se precisamente a oferecer uma visão mais realista e compreensiva do assunto e, conseqüentemente, a possibilitar a tomada de decisões que se fazia necessária no sentido de estimular e desenvolver, efetivamente, a prática da educação física e dos desportos em nosso País.

Outrossim, o "Diagnóstico" estimou a importância relativa das atividades físicas organizadas no universo social brasileiro; o número de atletas praticantes atingia, apenas, 0,6% da população. Esta é uma proporção diminuta, quando comparada com países de grau de desenvolvimento econômico-social semelhante ao do Brasil. Por outro lado, a diversificação desportiva era, ainda, inexpressiva. O futebol representava mais de 50% de toda a atividade desportiva nacional. Cerca de 60% de todos os atletas praticantes de todas as modalidades desportivas localizavam-se na região Sudeste, e 20% no Sul, com 10% no Nordeste e 2% no Norte.

O quadro no setor Educação Física indica a necessidade de acelerar as providências tomadas. De fato, o ensino de Educação Física tornou-se obrigatório, por força de lei, em todos os graus de ensino; foram aprovados os currículos para a formação de docentes; foram criadas escolas ou cursos especializados e proporcionados meios financeiros para instalações e material adequados. Mas esse elenco de medidas deve ser completado com a elaboração de uma política nacional para o setor, que sistematize a ação governamental, especificando objetivos definidos. Dessa maneira, o Governo desenvolverá uma ação coerente, obedecendo a prioridades previamente estabelecidas para cada uma das formas de que a atuação no setor se reveste; a educação física, o desporto de massa e o desporto de alto nível.

As duas grandes conquistas, neste campo de atuação do Ministério da Educação e **Cultura**, foram, por conseguinte: primeiro, o levantamento da situação, através do "Diagnóstico" de que se tem utilizado; segundo, a criação de uma fonte de recursos financeiros — a loteria esportiva — que, bem orientada, pode proporcionar resultados satisfatórios, inclusive a prazo curto.

As lições extraídas das primeiras tentativas assistemáticas de modificação do quadro no setor, a consciência da necessidade de passar para um tipo de ação planejada, o reconhecimento da urgência de fazê-lo e, finalmente, a determinação de assim proceder repercutem neste II Plano Setorial de Educação e Cultura.

CULTURA

O Brasil é um país que, reconhecidamente, vem acumulando e gerando cultura própria, nas suas mais variadas formas, durante o curto período de sua história.

Suas manifestações espontâneas ou populares são das mais ricas e variadas, como seria de esperar em uma população que se localizou no imenso território pátrio, em circunstâncias as mais diversificadas, e num quase total isolamento entre si. Dessa forma, surgiu a noção do "arquipélago cultural" e a caracterização de diferentes "regiões culturais", objeto de muitos estudos de especialistas da melhor categoria.

Paralelamente a isso, porém, e principalmente nas cidades ao longo do litoral, desenvolveu-se um outro tipo de cultura, de certo modo sofisticada, de que desfrutavam alguns grupos.

Não cabendo em documento desta natureza uma análise profunda da evolução cultural do País, da origem dos nossos costumes, dos nossos diferentes artesanatos regionais, dos multifacetados folclores locais, vale porém o registro de que foi, sobretudo, nas áreas rurais que se preservaram menos contaminadas as raízes do que viria a constituir-se a cultura brasileira com características próprias. Não é este, também, o momento para indicar o teor maior ou menor de influência que, na sua formação, tiveram a cultura autóctone dos indígenas, a dos negros importados pelo sistema escravista e a do branco colonizador, mais especificamente a do português.

Não é demais ressaltar o fato, já tão conhecido e sempre invocado, de que constitui quase um milagre que o Brasil, à época da Independência, não se tenha fragmentado em outros tantos brasis, como de resto aconteceu com a América espanhola. Esse próprio fato, no entanto, em lugar de ser objeto de estranheza, precisamente por parecer transgredir qualquer lógica ou pular fora da regra elementar da relação causa/efeito, leva a suspeitar que havia alguma força aglutinadora oculta que resistiu ao esfacelamento tantas vezes ameaçado.

Alguns traços característicos de uma cultura básica compartilhada por todos, seguramente, estão por trás desse fato histórico. E é aí que se devem buscar as origens da cultura brasileira, no que ela tem de especificamente seu, embora expressando-se em manifestações as mais diversificadas, do ponto de vista regional e local. Esta compreensão projeta-se, porém, no futuro, na medida em que dela podemos legitimamente extrair a convicção de que a construção de um país e a grandeza do seu povo não se fundamentam, somente, em alicerces materiais. O espírito que o anima, e que é o responsável pela sua identidade própria, merece por isso um tratamento pelo menos equivalente ao que recebe o setor econômico.

A formação e o aprimoramento do espírito nacional é função da educação, *stricto sensu*, e, também, de atividades e manifestações que são englobadas sob o nome genérico de cultura. As duas funções estão confiadas, no setor governamental brasileiro, ao mesmo Ministério. O natural desenvolvimento das atividades deste

vem conduzindo a uma delimitação de campos de atuação que, evidente e necessariamente, se interpenetram, mas guardam características próprias, embora complementares. Esses campos são três: o da educação geral, o da educação física e desportos e o da cultura.

O período do I PND assinala alguns eventos de importância considerável, como é o fato da criação do Conselho Federal de Cultura e, posteriormente, o lançamento do Programa de Ação Cultural. Na estrutura executiva do MEC, foi organizado o Departamento de Assuntos Culturais.

Algumas tentativas feitas pelo Conselho Federal de Cultura, no sentido de propor políticas e de elaborar um Plano Nacional de Cultura, permitiram um aprofundamento da consciência crítica sobre o problema, e mostraram a necessidade e urgência de enfrentá-lo e a forma de resolvê-lo. Esse debate, conquanto parcial e sincopado, fertilizou as idéias que estão sendo cristalizadas na formulação definitiva da política oficial da cultura — entendida esta como o próprio estilo de vida nacional, no que tem de comum e naquilo que coexiste com as características regionais.

A ação do DAC, especialmente através do Programa de Ação Cultural, e a experiência acumulada nos primeiros anos de existência do Conselho Federal de Cultura, representaram, portanto, no período, uma fase preparatória da adoção de uma posição política no campo cultural, cujas características básicas são definidas neste II PSEC.

O rápido desenvolvimento dos meios de comunicação de massa é um fator novo a ser considerado. Ninguém desconhece o impacto que a palavra e a imagem, transmitidas instantaneamente às populações mais distantes e isoladas, exercem sobre o seu comportamento vital. Nem é ignorada por ninguém a influência que tais meios exercem, como veiculadores de traços culturais importados, nem sempre compatíveis com as feições mais típicas da cultura nacional. Aqui surge um novo e importante desafio: como conciliar a justa e desejável assimilação de traços culturais alienígenas com a nossa própria cultura, sem desfigurá-la.

Esta situação, que se precipitou nos últimos anos, impõe, assim, com muita força, a necessidade de enfrentar a questão primordial da preservação dos bens e valores culturais, não num sentido estático e "museificante", mas num sentido dinâmico de criação e fruição. A esta questão junta-se uma outra, igualmente agravada nos anos recentes e que se fará sentir, ainda, com maior impacto, nos anos vindouros. Decorre ela do rápido processo de industrialização e urbanização por que passa o Brasil. Seus efeitos no comportamento individual e coletivo são conhecidos. Seus reflexos na índole nacional (e, portanto, na cultura nacional) serão imprevisíveis e incontrolláveis, se uma política deliberada e consciente não procurar minimizar os efeitos deletérios prováveis, e estimular os efeitos positivos possíveis.

Da confluência desses fatores e dessa tomada de consciência é que decorre a elaboração da Política Nacional de Cultura, que já influi no presente II Plano Setorial da Educação e Cultura. E é, por certo, o maior saldo de vivência dos anos recentes neste setor.

PARTE II
PLANO SETORIAL

POLITICA EDUCACIONAL, CULTURAL E DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação é, reconhecidamente, um dos fatores de transformação social, além de ser um instrumento básico para a plena realização do ser humano.

O desenvolvimento social está, por isso, hoje em dia, intimamente associado à evolução educacional de que o povo pode beneficiar-se. Essa evolução apresenta, em quase todos os países, duas dimensões de extraordinária importância: a própria expansão do sistema educacional, resultante do aumento das aspirações dos indivíduos, e as exigências destes, cada vez maiores, do ponto de vista da qualidade do ensino procurado.

O reconhecimento de tal fato é expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento e projeta-se no documento que orienta a ação do Ministério da Educação e Cultura nesse setor específico, ao qual foi dado o nome de *Política Nacional Integrada da Educação*. Está sendo complementado por dois outros documentos análogos, fixando as *políticas da Cultura e da Educação Física e Desportos*.

O II Plano Setorial da Educação e Cultura reflete, necessariamente, aquela compreensão e esta orientação. A dinâmica do processo de sua elaboração não permite que o presente texto constitua-se senão um compromisso intermediário e de trânsito entre a situação preexistente, que vigorou durante a elaboração e execução do I PSEC, até o começo de preparação do II, e a nova situação que se expressa plenamente no II PSEC, como uma projeção automática, inevitável e consistente com a política referida.

Essa fase de intermediação marca, também, a passagem de uma situação em que a primeira dimensão do problema educacional no Brasil — a dimensão quantitativa — precisava ser atacada frontalmente e a prazo curto, para uma outra, em que a segunda dimensão — que incorpora reclamos qualitativos crescentes — deve ser enfrentada no seu âmago. Os déficits escolares historicamente acumulados precisavam ser vencidos rapidamente, e o foram em grande parte. Subsistem resíduos que o prazo curto absorverá até uma porcentagem tolerável. Cumpre, agora, acoplar de maneira mais direta e articulada as necessidades sociais de uma população em desenvolvimento, com a resposta que a educação lhes deve dar.

Essa posição é a que se assume neste II PSEC, sem prejuízo de ajustamentos que ainda venham a tornar-se necessários. Este documento, reconhecidamente de compromisso, dada a relativa flexibilidade que a sua execução permite, deverá influir decisivamente no detalhamento do orçamento plurianual de investimento setorial, para o triênio 1977/79, ademais de correções que serão introduzidas, na medida do possível, durante a elaboração dos orçamentos anuais. Pretende-se, com isso, que a segunda metade do atual Governo desfrute de condições ainda melhores, visando a articular, cada vez mais, o PSEC e as atividades, programas e projetos que o compõem, à *Política Nacional Integrada da Educação* e às políticas para as áreas da *Cultura e da Educação Física e Desportos*.

Alguns fundamentos contidos nesses documentos identificados no II PSEC

O primeiro deles é o entendimento de que a educação é um instrumento para o homem, quando ela se propõe a oferecer-lhe meios para sua auto-afirmação e máxima realização como pessoa. São as suas aspirações individuais que, respeitado apenas o quadro de referências consagrado pela sociedade, ele pode procurar satisfazer.

O segundo fundamento é o de que, além dessa legítima aspiração "final" do homem posto na face da Terra, e como instrumento para alcançá-la, a educação é também o fator principal de satisfação dos direitos humanos, individuais e sociais, viabilizados *grossa modo* pelo cultivo do espírito e do corpo. Por serem direitos impostergáveis, a sociedade deve habilitar-se a satisfazê-los cada vez melhor.

Um terceiro fundamento é o de que a educação constitui o instrumento para a formação do que se convencionou chamar de "recursos humanos" para o desenvolvimento. Ela é, aqui, um meio para assegurar outro meio, visando a um objetivo social.

Introduz-se ainda um quarto fundamento, que articula os três anteriores. Eles não se situam num plano de equivalência, mas submetem-se a uma hierarquia. Os recursos humanos são, em última análise, recursos para si mesmo, se reconhecido, dentro de uma filosofia humanística, que o homem é o destinatário do processo global de desenvolvimento sócio-econômico.

Nessa linha, pode-se e deve-se falar em democratização do ensino. Ela não significará, apenas, a democratização do acesso à educação, mas também a do sucesso que ela proporciona ao ser humano em sociedade. Será, basicamente, individual, na medida em que atende às aspirações da pessoa humana, colocada como fundamento orientador da política da educação.

Mas será, igualmente, um sucesso em escala social, na medida em que corresponda ao segundo dos fundamentos enunciados: o da satisfação dos direitos do homem, enquanto indivíduo e enquanto ser integrado em sociedade. Supérfluo enumerá-los. Importante é registrar, neste *plano*, a posição que lhes é reconhecida, como inspiração do processo educacional.

Os fundamentos indicados dão corpo e consistência à *política*, em que o planejamento setorial da educação e cultura se alicerça. Essa política está concebida para realização através de quatro canais, que se intercomunicam e inspiram a estratégia do Plano Setorial.

Antes de tudo, a ação do Governo no setor da educação assume um caráter preventivo. Estudos e pesquisas vêm demonstrando à sociedade que as causas de algumas das principais falhas do desempenho do sistema são remotas, e devem ser buscadas no início da vida escolar do aluno ou, até, no início de sua vida biológica. A educação pré-escolar ganha, nesse contexto, um realce que está longe de possuir até o momento. A alimentação escolar - sabidamente a única, durante o dia, para uma parcela considerável das crianças matriculadas no 1º grau - é outro fator importante, não apenas de êxito na escola, mas até de atração à mesma. Nem todas as causas originais de questões importantes, como a evasão e a repetência, no começo do ensino de 1º grau, podem ser resolvidas por medidas desta natureza, dado que vinculadas a causas econômicas e sociais que transcendem o âmbito de ação do MEC. Mas, como a própria experiência da alimentação escolar demonstra,

há iniciativas de co-participação Interministerial que devem ganhar corpo, com o mesmo objetivo.

Numa outra linha, preconiza-se igualmente uma ação corretiva. A educação continuada e a correção do fluxo escolar surgem, sob este ângulo, como formas de agir, dotadas de grande significação. A alfabetização de adolescentes e adultos, a superação de atrasos em relação à faixa etária, a suplementação de conhecimentos e aptidões já adquiridos, em todos os níveis de ensino, a interação com processos informais de educação situam-se nesta ordem de preocupações.

A terceira linha de ação a que o PSEC se atém é a de coerência. Cabe a ela tornar viáveis as diretrizes anteriores, na medida em que permite articular melhor a ação dos diferentes níveis administrativos e dos sucessivos níveis de ensino. A reorganização do sistema de planejamento deste Ministério, de forma inovadora e voltada para os objetivos finais que lhe correspondem, incluindo a reformulação da cooperação técnica e financeira com as secretarias de educação, é um exemplo de ação nesse sentido. Outras medidas dizem respeito à fluidez entre os diferentes níveis de ensino.

Por fim, cumpre considerar a defasagem entre as necessidades crescentes do sistema educacional, visando atender aos objetivos que lhe compete realizar, segundo as diretrizes traçadas, e a inovar possibilidades de recursos. Esta preocupação implica uma ação maximizadora, entendida debaixo de um duplo enfoque: de um lado, o aumento da eficiência interna do sistema (relação insumo/produto); de outro, a adequação dos resultados proporcionados pelo sistema educacional, relativamente às necessidades sociais e individuais, como foram anteriormente identificadas.

A qualificação de professores e seu constante aperfeiçoamento constituem exemplo do trabalho a desenvolver sob esta inspiração. O Plano Nacional de Pós-Graduação será, para isso, um meio importante. Outros programas de aperfeiçoamento e atualização permitirão realimentar o sistema, através dos seus principais agentes, comunicando-se os seus efeitos de cima para baixo, desde o doutorado até o 1º grau e o pré-escolar. Em sentido inverso, a melhor preparação do aluno em cada nível de ensino assegurará um aumento de rendimento dos graus superiores.

As diretrizes indicadas permitem adotar prioridades básicas, algumas de caráter global, que se confundem ou defluem necessariamente dos fundamentos adotados. o sistema educacional brasileiro deve, antes de tudo, assegurar meios para a plena afirmação do homem brasileiro, enquanto pessoa. Depois, promover a sua integração na sociedade nacional. Em seguida, capacitá-lo como recurso para o desenvolvimento do país — o que, em si mesmo, é afinal um instrumento para consecução das prioridades anteriores. Por fim, como forma de assegurar esses escopos, garantir a democratização do acesso à educação e do sucesso individual e social consequente.

As prioridades globais sugerem prioridades específicas, de caráter instrumental. Os problemas identificados promovem o destaque de medidas relacionadas com a facilitação do acesso à educação, como forma de garantir ao aluno o exercício do seu direito de estudar. Isso é válido principalmente, embora não exclusivamente, com relação ao ensino de 1º grau, dado o caráter de obrigatoriedade universal que a Constituição consagra. Nesse particular, ganham importância, por conseguinte, prioridades que têm a ver com a própria capacidade de viver (v. g., educação

sanitária), a capacidade de ingresso no sistema em todos os níveis (p. ex., em razão de problemas sócio-econômicos, da forma do vestibular), a capacidade de manter-se no sistema (financiamento dos estudos: crédito educativo, bolsas), a capacidade de aprender (alimentação e material escolar), e outras medidas de natureza análoga.

Do ponto de vista do sucesso dos resultados da educação, as prioridades e as formas de dar-lhes consequência escapam ao âmbito estrito da ação do MEC. Dizem respeito à própria capacidade da sociedade brasileira de proporcionar empregos aos formandos. Mas compete ao MEC, especificamente, agindo em consonância com essa capacidade atual e futura, até onde ela possa ser avaliada, tomar decisões que reformulem metas e reorientem recursos.

As duas ordens de prioridades específicas indicadas correspondem aos dois aspectos registrados da democratização do ensino. Mas constituem a via principal para alcançar outra prioridade: a de sustentação do processo de desenvolvimento econômico e social do país, tanto em termos globais, como setoriais e regionais. O ensino, enquanto preenchendo a sua função de formador de recursos humanos, de um lado, deve proporcionar aos indivíduos, como assinalado, uma oportunidade efetiva de exercerem as atividades para as quais foram preparados (e com isso satisfazer, também, suas aspirações pessoais); e, de outro lado, simultaneamente, oferecer ao sistema produtivo a mão-de-obra por essa via qualificada. As duas prioridades são indissociáveis e se interpenetram.

A prioridade que resta atender deflui, em parte, das anteriores: a de satisfação dos anseios mais íntimos e legítimos do indivíduo humano. É uma resultante. Mas é, também, mais do que isso. A ela devem corresponder medidas de resguardo do caráter humanístico do ensino, que não se esgotará nos aspectos profissionais ou técnicos inspirados pelas demais prioridades. Neste particular, assume importância uma estreita ligação entre os programas e atividades de educação e os de cultura. A educação continuada, com essa conotação de maior espiritualidade, é um dos meios para satisfazer a esses anseios.

No terreno das prioridades cabe registrar, por último, as que dizem respeito a atividades-meio. A preocupação até agora recaiu sobre os fins a que se destina a educação em todos os seus níveis. Cumpre indicar providências de ordem administrativa que se revelam indispensáveis para viabilização das primeiras.

Nesse campo, avulta a reestruturação do próprio MEC e, dentro dela, algumas inovações da maior importância. Duas merecem destaque, pela sua expressão estratégica: a organização da informática e a de pesquisa e planejamento. A nova estrutura deverá refletir, no seu todo, em consonância com as diretrizes sumarizadas, a instrumentação que se faz necessária para que as prioridades se tornem exeqüíveis.

OBJETIVOS DO PLANO

Podem ser agora definidos os objetivos gerais e específicos de cada uma das áreas de ação cobertas por este Ministério.

Desses objetivos defluirão, em seqüência, as metas e a estratégia que se faz necessária para sua implementação.

I - SISTEMA EDUCACIONAL

A) Educação pré-escolar

Objetivo geral

Desenvolver um processo progressivo para atendimento à população das zonas urbanas marginais, na faixa etária de 4 a 6 anos, de modo a assegurar maior adaptação sócio-pedagógica do educando ao ensino regular.

Objetivos específicos

1. Promover e assegurar uma ação integrada do setor educacional com os demais das atividades social e econômica, de forma a proporcionar, a cada comunidade, meios que garantam um equilibrado desenvolvimento biopsicológico e social dos educandos.

2. Ampliar a rede escolar através de construção ou aproveitamento dos espaços físicos existentes na comunidade, de forma a assegurar uma expansão equilibrada do atendimento neste campo.

B) Ensino de 1º grau

Objetivo geral

Universalizar progressivamente o ensino de 1º grau, na faixa dos 7 aos 14 anos, atingindo a taxa de 90% no período.

Objetivos específicos

1. Estender a escolaridade, nas zonas urbanas, às 8 séries do 1º grau, atendendo às peculiaridades regionais ou locais, considerada a possibilidade de antecipar a terminalidade real para 6 ou 7 séries.

2. Expandir a escolarização nas zonas rurais de acordo com as potencialidades

e especificidade de cada região do país, procurando assegurar, pelo menos, quatro séries de educação fundamental.

3. Melhorar a produtividade deste nível de ensino pela redução dos índices de evasão e repetência escolar, de forma integrada com outros setores da atividade social e econômica.

4. Corrigir progressivamente a distorção existente na relação idade/série, especialmente nas quatro primeiras séries.

C) Ensino de 2º grau

Objetivo geral

Assegurar a expansão quantitativa e qualitativa do ensino de 2º grau no quinquênio.

Objetivos específicos

1. Melhorar os níveis de desempenho do ensino de 2º grau através da utilização de métodos e técnicas de ensino—aprendizagem adequados às exigências dos conteúdos programáticos.

2. Diversificar a oferta e o nível das habilitações profissionais, tendo em vista as possibilidades e necessidades sócio-econômicas de cada região.

3. Ampliar e racionalizar os serviços educativos.

4. Assegurar o contínuo ajustamento dos conteúdos e métodos de ensino às mudanças técnico-científicas, econômicas e sócio-culturais da sociedade.

5. Garantir a coerência entre os objetivos de formação deste nível com os objetivos dos níveis antecedentes e subseqüentes.

D) Ensino superior

Objetivos gerais

1. Formar, quantitativa e qualitativamente, em cursos de curta e longa duração e pós-graduação, os quadros de nível superior que a sociedade demanda e dentro do marco de objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, com atenção, especial para o próprio sistema educacional.

2. Desenvolver a capacidade nacional de pesquisa de acordo com as prioridades estabelecidas pelo II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

3. Aperfeiçoar e ampliar os programas de extensão, levando a universidade a cumprir efetivamente sua função renovadora e participante.

Objetivos específicos

1. Elevar o nível do desempenho do sistema de ensino superior, visando a sua maior eficácia.

2. Orientar a expansão do ensino superior segundo as necessidades identificadas nos distritos geoeducacionais, de modo a assegurar atendimento adequado das demandas.

3. Fortalecer o sistema universitário, de sorte que o ensino superior se desenvolva em instituições mais adequadas, quer do ponto de vista econômico, quer sob o aspecto do potencial didático-científico.

4. Incorporar gradualmente a pesquisa e a extensão como atividades regulares das instituições de ensino superior, principalmente das universidades.

5. Aperfeiçoar os sistemas de acesso à educação superior, tanto no que se refere aos critérios de avaliação como à democratização de oportunidades.

E) Ensino supletivo

Objetivos gerais

1. Ampliar a oferta de serviços educacionais à população não atendida pelo ensino regular, mediante maior e mais efetiva utilização de tecnologias com vistas a superar os déficits quantitativos e qualitativos de escolaridade.

2. Oferecer oportunidades de estudo e orientação a todos que demandam qualificação e/ou habilitação profissional, bem como aperfeiçoamento ou aprofundamento de estudos.

Objetivos específicos

1. Eliminar gradativamente o analfabetismo de adolescentes e adultos, oferecendo oportunidades educacionais correspondentes às séries iniciais do ensino de 1º grau.

2. Promover interação entre os programas de ensino regular e supletivo, utilizando, entre outros, os recursos disponíveis nas comunidades, para expansão das oportunidades educativas, tanto no contexto da educação permanente como para correção de disfunções do ensino regular.

3. Promover a implementação e/ou experimentação de novas metodologias e técnicas de ensino—aprendizagem, apropriadas à educação de adultos, em qualquer das modalidades de ensino supletivo.

4. Promover a preparação adequada de recursos humanos para o ensino supletivo.

F) Educação especial

Objetivo geral

Assegurar igualdade de oportunidades aos educandos que apresentam condições especiais de desenvolvimento biopsicológico ou físico.

Objetivo específico

Integrar o excepcional ao sistema regular de ensino, sempre que for possível, proporcionando-lhe condições de acompanhar o processo educativo.

II - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Objetivo geral

Melhorar a aptidão física da população.

Objetivos específicos

1. Promover a expansão e melhoria da educação física escolar.
2. Incrementar as atividades desportivas de massa, estendendo-as a indivíduos de todas as regiões e camadas sociais.
3. Aperfeiçoar a representação desportiva nacional, pelo apoio e incentivo ao desporto de alto nível.

III - CULTURA

Objetivo geral

Revelar, preservar e difundir os valores culturais brasileiros e os de caráter universal incorporados, reforçando uma consciência nacional capaz de zelar pelo acervo cultural do país e desenvolvê-lo.

Objetivos específicos

1. Amparar e dar assistência às atividades de criação de cultura, quer a de pequenos grupos ou indivíduos, quer as de massa, facilitando o seu acesso ao maior número.
2. Orientar a ação dos meios de comunicação de massa de modo a ampliar a sua função de promoção cultural do homem brasileiro, segundo os valores humanísticos que informam a cultura nacional.
3. Promover toda sorte de iniciativas oficiais e assistir às particulares, que permitam multiplicar a capacidade de conhecimento, despertar o interesse e incentivar a fruição dos bens e valores culturais pela maioria.
4. Evitar que o processo de urbanização e crescimento industrial destrua ou afete irrecuperavelmente o estilo de vida nacional.
5. Preservar o patrimônio histórico e artístico brasileiro.

METAS DO PLANO

Definidos os objetivos, cabe explicitar em termos concretos as metas do II PSEC. A este nível, principalmente, é preciso levar em conta as ressalvas já feitas, quanto ao caráter de transição do II PSEC, no sentido de dar consequência plena às definições básicas da Política Nacional Integrada da Educação e das formulações iniciais relativamente à cultura e à educação física e desportos. Essa progressiva adequação se fará ao longo do período coberto pelo II PSEC, quer nos orçamentos plurianuais de investimentos, quer nos orçamentos anuais, de forma que se tornará patente a partir de 1977.

I - SISTEMA EDUCACIONAL

A) Educação pré-escolar

1. Realizar o diagnóstico da educação pré-escolar no país, tendo em vista a formulação de um plano nacional.

2. Apoiar financeira e tecnicamente a realização de pesquisas na área de currículo, material docente, formação de pessoal e espaços físicos para a educação pré-escolar, e divulgar seus resultados.

3. Incentivar e assegurar o financiamento adequado de experiências para definição e operacionalização de novas formas de atendimento pré-escolar, em articulação com os demais serviços dos setores econômico e social.

4. Promover a criação de mecanismos administrativos de coordenação e execução a nível estadual.

5. Realizar cursos, seminários e encontros para treinamento de recursos humanos.

B) Ensino de 1º grau

1. Incrementar, no período, a matrícula de 18,2 milhões para 23,0 milhões de vagas, o que representa um crescimento da ordem de 26% em relação à matrícula em 1974, elevando a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos, de 84% em 1974, para 90% em 1979.

2. Promover a correção do fluxo escolar, dando especial atenção à passagem da 1ª para a 2ª série.

3. Habilitar, aperfeiçoar ou atualizar pessoal docente, técnico e administrativo, num total de aproximadamente 240 mil pessoas.

4. Ampliar a rede física, contribuindo para atender ao aumento da matrícula previsto para o período, dando prioridade às escolas que ainda não têm capacidade para oferecer as quatro primeiras séries.

5. Criar, a nível federal, um laboratório de currículo para apoiar tecnicamente as equipes estaduais de currículo.

6. Fornecer, em média, merenda escolar a 40% dos alunos do ensino de 1º grau da rede oficial.

7. Conceder cerca de 290 mil bolsas de estudo.

8. Co-editar cerca de 42 milhões de livros e distribuir 28 milhões a escolas.

9. Fornecer cerca de 70 mil livros-texto a alunos.

C) Ensino de 2º grau

1. Elevar a matrícula de 1,7 milhão para 2,5 milhões de vagas, o que significa um crescimento da ordem de 47% em relação à matrícula em 1974.

2. Habilitar, aperfeiçoar e atualizar pessoal docente, técnico e administrativo, num total de 33 mil pessoas.

3. Ampliar e adequar a rede física, contribuindo para atender ao aumento previsto da matrícula e à diversificação do ensino profissionalizante deste nível.

4. Desenvolver pesquisas e experimentar metodologias e materiais instrucionais, tendo em vista adequar o processo ensino-aprendizagem às exigências desse grau de ensino.

5. Conceder cerca de 82 mil bolsas de estudo.

6. Co-editar 1,8 milhão de livros e distribuir 90 mil a escolas.

D) Ensino superior

1. Controlar a expansão da matrícula, em relação ao crescimento percentual verificado no período do I PSEC, passando de 0,9 milhão para 1,7 milhão de alunos.

2. Contribuir para formar e titular 16.800 mestres e 1.400 doutores, segundo o Plano Nacional de Pós-Graduação.

3. Aperfeiçoar e especializar cerca de 6.500 docentes.

4. Estabelecer a regionalização das instituições de ensino superior, considerando as necessidades sociais e econômicas.

5. Promover a revisão dos currículos mínimos, mantida a flexibilidade de elaboração dos currículos plenos, segundo a evolução científica e tecnológica e as peculiaridades regionais, estabelecendo um sistema de revisões periódicas para atualização.

6. Concluir o programa de construção dos *campi* universitários das instituições federais.

7. Implantar o programa de crédito educativo para financiamento de anuidades e manutenção de alunos das instituições de ensino superior.

E) Ensino supletivo

1. Reduzir a **10%** o índice de analfabetismo, até o final da década.

2. Proporcionar educação integrada a 80% dos recém-alfabetizados.

3. Aperfeiçoar pessoal docente, técnico e administrativo, num total de 13 mil pessoas, nas áreas de suplência, qualificação e suprimento.

4. Adaptar e equipar 130 centros de estudos supletivos.

5. Desenvolver programas integrados de multi-meios para a implantação adequada de novos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem para adolescentes e adultos.

6. Promover a utilização de tecnologias educacionais nos processos de ensino, via supletiva.

7. Apoiar técnica e financeiramente projetos educacionais originados das unidades federadas e da iniciativa privada.

F) Educação especial

1. Ampliar a capacidade de atendimento escolar aos excepcionais.

2. Especializar, aperfeiçoar e atualizar cerca de 21.500 técnicos e docentes.

3. Implantar 40 cursos de licenciatura na área de educação especial.

II - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

A) Área de educação física e desporto estudantis

1. Incorporar cerca de 640.000 alunos às práticas desportivas, representando 62,7% da demanda potencial de educação física em 1979, no nível superior.

2. Promover uma oferta adicional, na capacidade de atendimento das instalações, de 240 mil alunos no contingente atendido pela educação física a nível superior.

3. Aumentar e melhorar as instalações e equipamentos existentes, com um acréscimo de 65% em sua capacidade de atendimento, nos níveis de 1? e 2? graus.

B) Área de desporto de massa

1. Contribuir para a ativação das práticas desportivas e recreativas nos centros sociais urbanos.

2. Estimular o desenvolvimento das práticas desportivas, recreativas e de utilização do lazer, com ênfase nas cidades com populações entre 5 e 20 mil habitantes.

3. Estimular e intensificar a realização de competições populares de massa e de colônias de férias, através do aproveitamento da capacidade ociosa instalada em todo o sistema desportivo nacional.

C) Área de desporto de alto nível

1. Expandir o efetivo de praticantes, de 560 mil em 1970, para 1.500 mil em 1979.

III-CULTURA

1. Apoiar e acompanhar as fontes culturais regionais, representadas sobre-

tudo pelas atividades artesanais e folclóricas.

2. Dinamizar o mercado de publicações (livros, jornais especializados, revistas, suplementos), de modo a promover o financiamento e a comercialização de edições, entre outros, de novos talentos.

3. Preservar o patrimônio artístico, histórico, paisagístico, arqueológico e etnológico brasileiro.

4. Apoiar a produção teatral, cinematográfica e musical brasileira, bem como a dança.

5. Implementar as artes plásticas.

6. Difundir a cultura através dos meios de comunicação de massa.

ESTRATÉGIA DO PLANO

A estratégia, basicamente, está definida em função dos objetivos de expansão e melhoria qualitativa do sistema formal e não formal e em função das referidas ações preventiva, maximizadora, de coerência e corretiva.

As estratégias são as seguintes:

I - GLOBAL

— Implementação da reforma administrativa do MEC, como meio fundamental de executar a política educacional e apoiar as ações previstas no presente Plano.

II - ESPECIFICAS

1 — Implantação de um sistema integrado de informação, pesquisa e planejamento educacional e cultural, que permita:

disponibilidade de informações fundamentais à pesquisa, planejamento e gestão administrativa do setor;
realização de análises científicas da realidade educacional, em seu contexto econômico, social e cultural;
tradução das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento em termos educacionais;
aproveitamento máximo dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes;
consolidação da estrutura e da implementação dos planos, programas e projetos do setor;
análise permanente de ações em função dos objetivos e metas, de modo a sistematizar e dar consistência e continuidade ao planejamento;
utilização do plano operativo como mecanismo da programação anual que assegure o cumprimento e o reajuste das metas do PSEC.

2—Fortalecimento da cooperação técnica do MEC aos Estados e destes aos municípios, em função do sistema de planejamento educacional e cultural, de forma a:

- reforçar os grupos de pesquisa e planejamento educacional das secretarias de educação;
- promover o intercâmbio de experiências entre os Estados, com a

finalidade de apoiá-los na implementação da reforma de ensino de 1? e 2? graus;
intensificar a articulação entre os sistemas estaduais de ensino e as universidades, para promover a melhoria qualitativa do ensino;
operacionalizar a integração de esforços entre o serviço educacional e os demais serviços que participam de programas de desenvolvimento comunitário.

Aperfeiçoamento da captação e do uso dos recursos financeiros mediante:
criação de novas fontes de financiamento e ampliação das existentes;
revisão permanente dos critérios e mecanismos de programação financeira, em função das necessidades estaduais e das prioridades do PSEC;
racionalização da utilização dos recursos, fundamentada principalmente em estudos de custo-qualidade da educação.

PARTE III
PROGRAMAÇÃO

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A programação correspondente ao período 1975/79, a seguir apresentada, compreende dois capítulos: um de *ações estratégicas* e outro de *ação programada*, através dos quais se busca atingir os objetivos e metas adotados.

Em função da conceituação feita sobre as quatro ações: preventiva, corretiva, de maximização e de coerência, que dimensionam a estratégia do II PSEC, serão apresentadas, esquematicamente, as relações fundamentais entre tais ações e o conjunto das ações programadas.

Em sentido estrito, as quatro ações estratégicas fazem parte de um todo indivisível. Isto é, atuam sobre cada área da programação com diferente intensidade e orientação, possibilitando sua adequação aos objetivos finais da política. Sem dúvida, sob o ponto de vista operacional do planejamento, é possível distinguir maior ou menor grau de participação de tais ações em cada uma das áreas programáticas identificadas. Tal distinção não significa exclusão. Seu objetivo essencial é demonstrar a importância relativa que lhe é atribuída, no período do Plano, dentro do conjunto das áreas programadas.

A programação, em função das quatro ações, se fundamenta no critério de globalização, que permite dar maior consistência ao II Plano Setorial. Em vista disto, as referências às quatro ações serão orientadas para as grandes áreas de atuação e não para cada um dos projetos.

I - SISTEMA EDUCACIONAL

A) Inovação e renovação do ensino

Nesta área concentram-se projetos voltados para:

1. desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis ao processo ensino-aprendizagem;
2. reformulação de currículos;
3. elaboração e experimentação de materiais didáticos, para o ensino de ciências;
4. integração escola—empresa—governo;
5. integração das universidades nas comunidades;
6. alfabetização e educação continuada;
7. implantação gradativa dos cursos de curta duração.

Em termos das ações estratégicas, esta área de atuação concentra-se, preferentemente, nas seguintes:

— *ação de maximização*: uma vez que seus projetos incidem diretamente na melhoria qualitativa, e, em conseqüência, na obtenção de maiores índices de produtividade;

— *ação de coerência*: uma vez que a programação qualitativa, observada no II PSEC, se fundamenta na articulação horizontal (entre a educação e a sociedade) e vertical (entre os diferentes níveis e modalidades do sistema educacional);

— *ação corretiva*: uma vez que seus projetos estão voltados, basicamente, para superar *deficits* de formação, oferecendo meios que assegurem uma atualização constante de conhecimentos.

B) Recursos humanos

Concentram-se nesta área projetos voltados para:

1. capacitação do pessoal docente, técnico e administrativo;
2. expansão e melhoria dos cursos de pós-graduação.

Em termos das ações estratégicas: esta área concentra-se, preferentemente, na seguinte:

— *ação de maximização*: fundamentada no efeito multiplicador da ação dos docentes e técnicos que atuam no sistema educacional, através da elevação de seu nível qualitativo.

C) Expansão e melhoria da rede física

Esta área engloba projetos de:

- construção e instalação de prédios escolares;
- construção e instalação *de campi* universitários.

Nesta área, a concentração é feita em termos das seguintes ações estratégicas:

— *ação de maximização*: uma vez que seus projetos estão voltados para uma utilização mais racional da rede física de ensino, possibilitando maior acesso e sucesso no processo educacional;

— *ação corretiva*: já que permite ampliar a capacidade de oferta do serviço educacional, através da extensão da rede física.

D) Planejamento e administração

Esta área engloba projetos de:

- cooperação técnica e financeira às unidades da Federação;
- cooperação técnica e financeira às instituições privadas de ensino.

Considerando-se as ações estratégicas, esta área de atuação concentra-se, preferentemente, nas seguintes:

— *ação de maximização*: visto que a cooperação técnica e financeira está dirigida a apoiar, seletivamente, o desenvolvimento da educação em cada unidade federada, segundo a problemática existente e os projetos de maior efeito multiplicador no cumprimento das metas do Plano Setorial;

— *ação de coerência*: posto que visa a promover a integração vertical entre os diferentes níveis administrativos, e a integração horizontal através da regionalização da atuação educativa, em função das necessidades do mercado de trabalho e das demandas regionais.

E) Ações de apoio

Área de atuação definida pelos seguintes projetos de assistência aos estudantes:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Programa de Crédito Educativo;
- Sistema de Bolsas;
- Produção e Distribuição de Material Escolar;
- Programa Nacional do Livro;
- Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar;

Em termos das ações estratégicas, esta área concentra-se, principalmente, nas seguintes:

— *ação de maximização*: já que esta área proporciona meios aos educandos, de forma a facilitar seu ingresso, permanência e sucesso no sistema educacional, além de incidir na elevação da qualidade do ensino;

— *ação preventiva*: uma vez que seus projetos visam a proporcionar aos educandos condições básicas indispensáveis à sua efetiva participação no processo educacional, através, principalmente, da superação de *deficits* nutricionais e de criação de hábitos de saúde.

II - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

A) Recursos humanos

Área de atuação integrada pelo projeto de capacitação.

Considerando-se as ações estratégicas, verifica-se a seguinte concentração:

— *ação de maximização*: posto que a elevação do nível qualitativo do docente incide tanto na elevação da produtividade do sistema regular de ensino, como no maior e melhor desempenho individual dos participantes dos desportos de massa e de alto nível.

B) Expansão e melhoria da rede física

Constituída pelo projeto de construção e instalação.

Em termos das ações estratégicas, verifica-se a seguinte concentração:

— *ação de maximização*: uma vez que o projeto volta-se, principalmente, para ampliação e adaptação da capacidade física da rede de ensino, proporcionando, assim, as condições básicas indispensáveis ao efetivo desenvolvimento individual e coletivo;

— *ação preventiva*: posto que uma infra-estrutura física devidamente adaptada às condições regionais, locais e dos alunos, incide diretamente no crescimento equilibrado da população como um todo, constituindo-se, assim, em elemento fundamental à preservação da saúde individual e social.

III - CULTURA

A) Preservação

Integrada pelos projetos de capacitação e preservação e defesa dos bens culturais.

Em termos de ação estratégica, verifica-se a seguinte concentração:

— *ação preventiva*: já que a capacitação quantitativa e qualitativa do pessoal, que atua no campo da cultura, constitui base fundamental na preservação adequada dos bens e valores culturais.

B) Difusão

Composta pelo projeto de desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Literário e incentivo à criação e difusão dos bens culturais.

Esta área engloba, preferentemente, a seguinte ação:

— *ação maximizadora*: uma vez que estes projetos propõem-se a levar a todas as camadas da população os serviços de cultura e, ao mesmo tempo, a incentivar sua criação.

IV - MODERNIZAÇÃO DO MEC

A) Inovação e renovação do sistema educacional

Composta por projetos de:

- estudos e pesquisas setoriais;
- desenvolvimento de novas tecnologias educacionais.

Distinguem-se, nesta área, as seguintes ações estratégicas:

— *ação preventiva*: uma vez que a pesquisa, ao mostrar e analisar a problemática do setor, constitui-se em fator dinâmico de preservação e adequação constantes em face das mudanças exigidas pelos resultados do setor e políticas do Governo;

— *ação de maximização*: posto que as novas tecnologias facilitam maior e melhor ação educativa e cultural a nível nacional.

B) Recursos humanos

Área de atuação integrada por projeto de treinamento, aperfeiçoamento e enquadramento do pessoal do MEC.

Esta área engloba, basicamente, as seguintes ações estratégicas:

— *ação de maximização*: já que permite elevar os padrões de desempenho da gestão administrativa e, portanto, a produtividade do setor como um todo;

— *ação de coerência*: posto que este projeto assegura uma uniformização de critérios de utilização de técnicos dos diferentes níveis administrativos do país e dos diferentes órgãos do MEC, o que leva ao desenvolvimento integrado e coerente do setor.

C) Planejamento e administração

Área de atuação composta por projetos de:

- aperfeiçoamento do subsistema de informações estatísticas;
- desenvolvimento do subsistema de informações para acompanhamento, avaliação e controle;
- desenvolvimento do subsistema para informações documentárias e bibliográficas.
- implantação de mecanismos de financiamento de educação e cultura.

Esta área engloba, basicamente, as seguintes ações estratégicas:

— *ação preventiva*: considerando que a disponibilidade de um amplo sistema de informações garante um conhecimento permanente da realidade educacional do país e possibilita uma adequação constante entre o processo decisório e o desenvolvimento social e econômico;

— *ação de maximização*: posto que os mecanismos de controle permanente facilitam o direcionamento da programação frente aos propósitos da política educacional;

— *ação de coerência*: considerando que todos os projetos se integram e se reforçam mutuamente, possibilitando uma uniformização das ações de todo o processo educacional;

— *ação corretiva*: uma vez que os mecanismos de avaliação permitem corrigir as distorções que se apresentam durante a execução do Plano Setorial, facilitando o processo decisório.

AÇÃO PROGRAMADA

O II PSEC considera grandes áreas de atuação para todo o setor. Esta estruturação do Plano visa a possibilitar maior consistência e operatividade ao conjunto de ações programadas, bem como a promover, no caso do sistema educacional, a integração e a articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino. Visa ainda a uma maior racionalização na aplicação dos recursos. Desta forma, espera-se obter maior objetividade e dinamismo na programação, além de facilitar a sua avaliação e o permanente reajuste, de acordo com os resultados obtidos e as novas necessidades surgidas durante o período de vigência do Plano.

As áreas de atuação estão assim consideradas:

I - SISTEMA EDUCACIONAL

A) Inovação e renovação do ensino

Esta área está dimensionada, no período do Plano, de forma a atingir os objetivos de modernização e melhoramento qualitativo implícitos na reforma de ensino dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Isto se fundamenta na pesquisa permanente sobre os elementos que mais diretamente incidem na qualidade do ensino, tais como currículos, metodologias e materiais didáticos. E, também, na interação entre o sistema educacional e a sociedade, através da maior articulação com a comunidade e a empresa.

A consecução desses objetivos se fará, preferentemente, pelo direcionamento dos projetos da área para:

a) Na educação pré-escolar:

1. desenvolver pesquisas sobre educação pré-escolar para identificar as necessidades da clientela e a forma de seu atendimento;
2. pesquisar processos de atendimento com conteúdos flexíveis e adaptados à população-alvo, segundo necessidades regionais e/ou locais;
3. desenvolver os métodos de educação infantil e aperfeiçoar os canais de difusão de inovações nesse campo.

b) No ensino de 1º grau:

1. ajustar os métodos e técnicas de ensino às necessidades específicas da clientela;
2. reestruturar os planos curriculares, no que se refere à extensão e relevância dos conteúdos do processo de ensino—aprendizagem;

3. desenvolver os processos de ensino de Ciências e de Comunicação e Expressão;
4. desenvolver processos educativos escolares ou não, que se ajustem às necessidades e peculiaridades sócio-econômicas das diferentes regiões rurais do País;
5. prover processos de aceleração da aprendizagem aos alunos de faixas etárias que possam ajustar-se à seriação nos próximos quatro anos;
6. prover processos educativos de suplência aos maiores de onze anos que se encontrem nas quatro primeiras séries;
7. desenvolver métodos específicos e materiais correspondentes para suplementar esses processos;
8. prover, em centros de educação supletiva, meios de apoio aos processos citados; bibliotecas, multimeios, projetos de treinamento e aperfeiçoamento dos docentes das unidades escolares deficientes;
9. expandir e aprimorar o processo de planejamento a nível de estabelecimento de ensino;
10. implantar a rede de supervisão de ensino;
11. desenvolver pesquisas sócio-econômicas e psicopedagógicas para aperfeiçoamento das atividades de planejamento curricular;
12. elaborar modelos de objetivos de ensino;
13. organizar um laboratório de currículo para desenvolvimento de estudos e experimentações.

c) No ensino de 2º grau:

1. estimular a experimentação e difusão de modelos para o planejamento curricular;
2. ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de métodos, materiais e equipamentos de ensino", em particular os que se referem à educação científica e ao desenvolvimento das capacidades de comunicação e expressão;
3. desenvolver os mecanismos de articulação com o setor empresarial, com vistas ao permanente ajustamento entre os resultados do sistema educacional e os requerimentos da estrutura ocupacional.

d) No ensino superior:

1. promover a atualização, experimentação e avaliação dos currículos de graduação;
2. estimular pesquisas, estudos e experimentação de métodos de ensino—aprendizagem;
3. implementar estruturas de apoio e assessoramento pedagógico às instituições de ensino superior; ,
4. estender progressivamente o regime de dedicação exclusiva e o acesso à carreira de pesquisador aos docentes e pessoal das unidades de pesquisa das instituições de ensino superior;
5. consolidar os cursos integrados e expandir a experiência para outras áreas e instituições;

6. expandir os programas de estágio profissional para universitários, na empresa e no meio rural;
7. dar continuidade aos trabalhos de implantação dos cursos de curta duração.

e) No ensino supletivo:

1. diagnosticar a clientela e atingir seus interesses e condições de incorporação ao processo educativo-cultural;
2. ampliar os processos de experimentação de metodologias e técnicas de ensino—aprendizagem, incorporando meios de comunicação à distância e atendendo às características da clientela;
3. motivar a comunidade sobre a necessidade e importância de dar função sócio-educativa aos recursos disponíveis;
4. articular os programas de alfabetização com os de suplência e qualificação, intensificando a utilização da teleeducação, nas zonas de maior concentração urbana, para o atendimento específico de grupos migrantes e de núcleos habitacionais marginais.

f) Na educação especial:

1. desenvolver pesquisas para identificar necessidades e formas de atendimento ao excepcional;
2. elaborar propostas curriculares adaptadas às diferentes categorias de excepcionais;
3. desenvolver métodos e técnicas de ensino individualizado que possibilitem a adaptação do processo de aprendizagem do excepcional ao plano de currículo da escola regular.

B) Recursos humanos

O cumprimento dos objetivos da reforma de ensino e a melhoria qualitativa dependem, basicamente, do nível de formação e desempenho do pessoal docente. As ações vinculadas a esta área contribuirão efetivamente para a expansão e a melhoria qualitativa, expressas nos objetivos da política do presente Plano. Dentro de tais ações, grande relevância assumem os esforços em expansão e melhoria dos cursos de pós-graduação, na elevação qualitativa de todo o sistema de ensino e na sua contribuição para o desenvolvimento autônomo da ciência e da tecnologia, pré-requisito para o cumprimento das metas estabelecidas pelo II PND.

De igual importância é considerada a capacitação do pessoal técnico e administrativo, uma vez que dela depende a eficácia administrativa exigida pelo planejamento do sistema educacional.

Nesse sentido, as ações da área estão direcionadas para:

- a) **Na educação pré-escolar:** incentivar a formação ou especialização do pessoal necessário à expansão e melhoria do serviço.

b) No ensino de 1º grau:

1. melhorar os padrões de desempenho dos docentes, pelo seu treinamento ou habilitação;
2. aperfeiçoar o pessoal técnico e administrativo;
3. desenvolver processos de treinamento de pessoal docente, aproveitando ao máximo as disponibilidades locais ou recursos humanos;
4. aperfeiçoar as equipes de currículo e de supervisão do ensino.

c) No ensino de 2º grau:

1. aperfeiçoar e ampliar os programas de treinamento e aperfeiçoamento de docentes de acordo com as carências existentes nas unidades federadas;
2. ativar, a curto prazo, o aproveitamento de estudos anteriores na habilitação para as disciplinas ou áreas de estudo onde haja carência de professores, notadamente na parte de formação especial;
3. promover a implantação, em estabelecimentos de ensino superior, de cursos destinados à habilitação de docentes para a formação especial.

d) No ensino superior:

1. desenvolver, nos termos do Plano Nacional de Pós-Graduação, a formação e o aperfeiçoamento do corpo docente, bem como a formação de pesquisadores;
2. formar e aperfeiçoar, através de ação dirigida, pessoal técnico e administrativo para melhoria de gestão nas instituições de ensino superior.

e) **No ensino supletivo:** incorporar ao sistema os recursos humanos potencialmente disponíveis conferindo-lhes preparação adequada.

f) Na educação especial:

1. habilitar o pessoal docente e técnico necessário ao atendimento de portadores de deficiências físicas ou mentais, bem como dos superdotados;
2. treinar o pessoal docente das escolas regulares que devam receber, para integração, os alunos subdotados.

C) Expansão e melhoria da rede física

A expansão quantitativa e a melhoria qualitativa do sistema educacional exigem uma adequação da rede física. Tal adequação fundamenta-se na institucionalização de um sistema nacional de construções escolares que permita atender oportunamente às diferentes necessidades regionais, estaduais e municipais e, ao mesmo tempo, elimine os problemas pedagógicos, os déficits de espaços e os desequilíbrios entre as áreas rural e urbana.

Além disso, esta área visa a inserir mudanças na concepção e planejamento da estrutura escolar, em função das inovações curriculares e das necessidades dos educandos.

Neste sentido, as ações serão conduzidas para:

a) **Na educação pré-escolar:** iniciar a implantação de unidades e centros especializados, que servirão como núcleos de experimentação e atendimento à população de zonas urbanas periféricas.

b) **No ensino de 1º grau:**

1. ampliar a rede escolar e racionalizar o uso da capacidade disponível;
2. ampliar ou realocar as escolas de pequenas dimensões, em particular nas zonas urbano-periféricas;
3. ampliar e ordenar a rede escolar, nas zonas rurais.

c) **No ensino de 2º grau:** dotar a rede de estabelecimentos de ensino de infraestrutura física apropriada, através de edificações e equipamentos adequadamente especificados.

d) **No ensino superior:** concluir a construção dos *campi* universitários da área federal e dotá-los de equipamentos necessários promovendo, ao mesmo tempo, o uso racional da capacidade existente, com vistas à maior integração das atividades universitárias.

D) Planejamento e administração

A eficiência na implementação e na execução das reformas de ensino está estreitamente ligada à capacidade técnica e financeira tanto das unidades da Federação como da rede de ensino particular. Neste sentido, a área, fundamentando-se num sistema de planejamento e administração do setor, promoverá, de forma supletiva e seletiva, ações de caráter financeiro e técnico que assegurem a participação adequada das redes de ensino oficial e particular. Tal participação é entendida, essencialmente, em termos da articulação integral das atividades em função dos objetivos de política do presente plano.

Para tanto, as ações estarão voltadas para:

a) **Na educação pré-escolar:**

1. desenvolver estruturas organizacionais que permitam uma ação integrada entre as áreas de educação, saúde, nutrição e desenvolvimento comunitário;
2. ampliar progressivamente os mecanismos de assistência técnica e de supervisão às instituições que se dedicam à educação pré-escolar;
3. apoiar a implantação ou aperfeiçoamento de serviços de coordenação e administração dos programas de educação pré-escolar.

b) **No ensino de 1º grau :**

1. investigar e desenvolver métodos apropriados de organização, administração e supervisão dos processos escolares;
2. elevar os padrões de organização e administração escolar.

c) No ensino de 2º grau:

1. implantar mecanismos de coordenação e supervisão, em nível de unidade federada, que assegurem a execução de programas e projetos desse grau de ensino;
2. aperfeiçoar o sistema de planejamento educacional em nível de unidade federada;
3. desenvolver os sistemas de informação educacional e ocupacional, para apoio ao planejamento geral e à elaboração dos currículos;
4. desenvolver as estruturas organizacionais dos estabelecimentos de ensino de modo que possam adotar procedimentos modernos de administração.

d) No ensino superior:

1. fixar os distritos geoeeducacionais;
2. estimular ou limitar a expansão do ensino superior, de acordo com as condições e as necessidades regionais;
3. aperfeiçoar a gestão das instituições de ensino superior através de:
 - inovação e modernização do sistema administrativo e de organização acadêmica;
 - implantação de sistemas de assistência e intercâmbio técnico-administrativo;
 - desenvolvimento de pesquisas institucionais;
 - implementação ou aperfeiçoamento do sistema de planejamento institucional.

e) No ensino supletivo:

1. consolidar o processo de planejamento, sua programação, execução e avaliação, e promover sua interação estrutural com o planejamento do ensino regular;
2. operacionalizar programas de suplência e/ou qualificação a nível de ensino de 1º e 2º graus, que estejam adequados às necessidades e interesses de adolescentes e adultos.

f) Na educação especial:

1. assegurar a progressiva articulação de ações das áreas de saúde, assistência social e emprego com as da educação, visando à prevenção, ao atendimento e à integração do excepcional;
2. prover assistência técnica e financeira às instituições que se dedicam aos alunos excepcionais.

E) Ações de apoio

O caráter social que o II PND imprime a todos os setores de atividade exige que o setor educativo garanta a igualdade de oportunidades educacionais à faixa etária de 7 a 14 anos e participe efetivamente na mudança do perfil educativo da

população economicamente ativa. A operacionalização é feita, nesta área, através de certas ações fundamentais (alimentação, material escolar, bolsas, crédito educativo, livros), que incidem no sucesso e permanência do educando no sistema e garantem a promoção e atualização cultural do homem brasileiro, quais sejam:

1. suprir de materiais de ensino as escolas e o alunado carentes;
2. intensificar a assistência nutricional ao alunado de 1º grau das zonas periféricas dos centros urbanos e das zonas rurais;
3. intensificar a aquisição de hábitos alimentares sadios, através da educação alimentar e sanitária;
4. proporcionar aos educandos mais carentes de recursos financeiros e de melhor rendimento acadêmico meios para que possam atingir, com êxito, a formação a que têm direito, através do Programa de Crédito Educativo, de bolsas e outros;
5. estimular o aperfeiçoamento do livro didático em sua forma gráfica e em suas técnicas didáticas, de forma a desenvolver, no educando, o hábito de utilização posterior de livro para sua autoformação nos processos de educação continuada;
6. desenvolver programas que ampliem o uso de livros pelos educandos, através de distribuição sistemática a unidades de ensino, e redução de seus preços.

II - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS*

Considerando que a educação física e os desportos fazem parte fundamental da formação integral do homem, incidindo conseqüentemente em sua qualidade de vida, o Plano concentra esforços para a prestação adequada destes serviços à população em idade escolar.

Nesse sentido, a elevação do nível qualitativo dos profissionais que participam do desenvolvimento da educação física e dos desportos e a ampliação de uma infra-estrutura adequada constituem ações básicas para o alcance dos objetivos de caráter formativo dos educandos.

Para tanto, estas ações estarão direcionadas no sentido de:

1. aperfeiçoar o corpo docente, técnico e administrativo;
2. ampliar a infra-estrutura para facilitar o normal desenvolvimento da educação física e dos desportos dos educandos do ensino regular e supletivo e da comunidade.

III-CULTURA

A política cultural será concretizada mediante o desenvolvimento do Programa de Ação Cultural e do Programa Nacional do Livro Literário.

O primeiro caracteriza-se por esforços voltados para:

1. proteção, salvaguarda e valorização do patrimônio histórico e artístico e

O — Simultaneamente à formulação do II PSEC foi elaborado o Plano Nacional de Educação Física e Desportos — PNED — abrangendo as áreas de Educação Física e Desporto Estudantil, Desporto de Massa e Desporto de Alto Nível. No presente documento apenas são considerados Educação Física e Desporto Estudantil.

dos elementos tradicionais, traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, que expressam as características de nossa personalidade cultural;

2. incentivo à criação no campo das letras, das artes, do artesanato e das técnicas, como expressão do espírito do homem brasileiro, e à difusão dos valores criados através dos meios de comunicação para alcançar as diversas regiões do País;

3. formação de uma consciência nacional capaz de zelar pelo nosso acervo cultural;

4. preparação de profissionais para a área da cultura;

5. apoio aos instrumentos materiais, disponíveis ou em potencial, para incentivo à criação e difusão no âmbito da cultura, proporcionando ambientes adequados — cinema, teatros, salas de concertos ou exposições e outros — para que se alcancem todos os níveis da população brasileira;

6. utilização racional dos bens culturais como elementos geradores do desenvolvimento.

A atuação do Programa Nacional do Livro Literário no campo da cultura dirigirá-se à para o desenvolvimento de ações que possibilitem a preservação e a difusão da cultura brasileira e o incentivo à criação literária nacional e que estimulem a implantação e melhoria de serviços bibliotecários em todo o país, para que atuem como centros de ação cultural e educação permanente.

IV - MODERNIZAÇÃO DO MEC

A) Inovação e renovação do sistema educacional

O desenvolvimento de novas tecnologias educacionais que permitam, principalmente, a integração e a racionalização das atividades no campo da teleeducação constitui aspecto fundamental desta área para o aumento da produtividade do ensino e melhoria nos padrões de desempenho. Da mesma forma, a pesquisa é orientada para a determinação de medidas inovadoras e de grande efeito multiplicador que apoiem eficientemente a política de expansão e melhoria qualitativa do processo de ensino—aprendizagem.

Estes objetivos serão alcançados, preferentemente, através de:

1. apoio técnico e financeiro para fins de pesquisa e experimentação educativa;

2. apoio técnico para implantação e operação de estruturas permanentes para coordenação de tecnologias educativas em todas as unidades da Federação;

3. apoio financeiro a projetos de organização ou reorganização administrativa, aquisição e instalação de equipamentos, instalação de emissoras de rádio e TV educativas, construção ou ampliação de instalações físicas de entidades e organismos de teleeducação;

4. produção de programas ou séries de programas educativos para rádio e TV.

B) Recursos humanos

O treinamento de pessoal voltado para a modificação da conduta funcional adquiriu nova dimensão, tornando-se imprescindível para qualquer etapa do processo de modernização administrativa, bem como para a ascensão e a progressão funci-

onal que visem a assegurar permanente atualização e elevado nível de eficiência do servidor. Neste sentido, pretende-se treinar e aperfeiçoar pessoal do MEC em todos os níveis para a formação de agentes efetivos desse processo.

A consecução destes objetivos se fará, preferentemente, pelo direcionamento dos projetos da área para:

1. promover a implantação do plano de classificação de cargos;
2. adotar os instrumentos básicos de informação funcional para decisão, programação e controle;
3. elevar os padrões de desempenho administrativo;
4. desenvolver habilidades para o trabalho em grupo, atitudes participativas e hábitos de programação;
5. capacitar recursos humanos para teleducação e planejamento.

C) Administração e planejamento

Esta área visa a consolidar um sistema nacional de planejamento integrado da educação de tal forma que articule os diversos níveis e modalidades de ensino com as necessidades e aspirações da sociedade. Ao mesmo tempo, o sistema de planejamento assegurará o processo contínuo de avaliação e controle das ações programadas, de modo a atingir os objetivos de modernização e eficiência interna e externa do sistema educacional.

A concretização destes objetivos se fará através das seguintes ações:

1. implantação de um sistema de informações abrangendo estatística, documentação e bibliografia e informações gerenciais;
2. implantação de mecanismos de financiamento da educação e cultura, de tal forma que os recursos sejam canalizados adequadamente, em função das prioridades determinadas na política do Plano;
3. adoção de instrumentos que permitam uma eficiente programação do setor tanto a nível federal como regional e estadual;
4. implantação de um subsistema para acompanhamento, avaliação e controle do Plano.

A seguir apresenta-se um quadro-resumo do esforço financeiro próprio do MEC no II PSEC, que mostra a distribuição global dos recursos por grandes áreas de atuação por programas. Na interpretação do quadro deve-se levar em conta que o critério seguido na sua elaboração limita a apresentação do esforço financeiro de grandes programas como, por exemplo, crédito educativo, pós-graduação, pré-escolar e desportos, uma vez que aí não foram somados os recursos de outras fontes, **que** não as do MEC, integrantes de tais programas. Finalmente, deve-se considerar que os montantes apresentados em cada uma das áreas de **atuação e programas sofrerão** as modificações normais durante a execução do Plano, em consequência da inclusão de novos recursos, dos resultados parciais da execução dos diferentes programas e das mudanças nas prioridades, segundo as necessidades existentes.

RECURSOS PREVISTOS PARA O FINANCIAMENTO DO II PSEC*

Área de atuação	Programas	Inovação e renovação do ensino	Recursos humanos	Expansão e melhoria da rede física	Planejamento e administração	Ações de apoio	Preservação	Difusão	TOTAL	%
SISTEMA EDUCACIONAL										
	Educação pré-escolar					70.000.000			70.000.000	2,5
	Ensino de 1º grau	148.600.000	285.200.000	1.634.600.000	58.900.000				2.127.300.000	15,7
	Ensino de 2º grau	68.300.000	158.600.000	1.092.000.000	138.200.000				1.458.100.000	10,7
	Ensino superior	109.800.000	2.223.000.000	402.200.000	323.000.000				3.058.000.000	22,5
	Ensino supletivo	1.220.600.000	15.300.000		79.200.000				1.315.100.000	9,7
	Educação especial	6.700.000	40.200.000		18.500.000				65.400.000	0,5
	Auxílio ao educando					4.005.000.000**			4.005.000.000	29,5
	Educação física e desportos		55.200.000	620.000.000					675.800.000***	5,0
	Cultura		32.900.000				74.300.000	203.600.000	310.800.000****	2,3
	Modernização do MEC	351.300.000	3.700.000		133.600.000				488.600.000	3,6
	TOTAL	1.906.300.000	2.814.100.000	3.749.400.000	751.400.000	4.075.000.000	74.300.000	203.600.000	13.473.100.000	-
	%	14,0	21,0	27,4	5,5	30,0	0,7	1,4	-	100,0

* Participação do Ministério da Educação e Cultura.
 ** C/ \$ 2.100.000.000,00 - Crédito ordinário.
 *** Sujeito à modificação de acordo com o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.
 **** Recursos que sofreram acréscimo quando da definição do Plano Nacional de Cultura.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)